



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 537 - DE 05 A 19 DE MARÇO DE 2017 - R\$ 4,00

Delação premiada da Odebrecht atinge o núcleo do governo golpista



**Somente um Tribunal Popular pode julgar
e punir os crimes da burguesia**

**Pôr em pé a Frente Única Sindical
para derrubar as reformas
da previdência e trabalhista
e defender os empregos e os salários**



Realizado o XIII Congresso do POR da Argentina

**Viva a construção
do Partido Mundial
da Revolução Socialista!**

Somente um Tribunal Popular pode julgar e punir de fato os crimes da burguesia

O Sr. Marcelo Odebrecht guardou sua delação premiada para o final das apurações da Operação Lava Jato. Preso em junho de 2016, por um tempo, se postou de durão, dando a entender que não seria delator. O seu silêncio temporal serviu às manobras políticas em torno do impeachment de Dilma Rousseff. Essa via de cassação do mandato presidencial foi escolhida como melhor alternativa que a da cassação pelo Superior Tribunal Eleitoral (STE), que, neste caso, atingiria o vice-presidente Michel Temer. O pedido feito a esse Tribunal esteve a cargo do PSDB, tendo à frente o candidato derrotado Aécio Neves.

O Ministério Público e a Polícia Federal aguardaram o momento propício para tornarem pública a mais esperada delação. Bastariam apenas as revelações da Odebrecht para se ter a dimensão precisa da delinquência que predomina na política burguesa e na burocracia estatal. Praticamente todos os partidos com alguma influência no parlamento e no executivo foram financiados pelo departamento de propina da Odebrecht. A lista de congressistas na folha da maior construtora indica como funciona de fato a democracia burguesa no Brasil. O sigilo imposto aos autos da Odebrecht e às confissões do Sr. Marcelo, desta vez, foi exemplar. Parece que foram poucos os vazamentos, distintamente da bandalheira que serviu à preparação das condições políticas para derrubar o governo petista. Ocorre que a amplitude da corrupção é tão grande que as instituições do Estado envolvidas têm de calibrar o processo e limitar os resultados.

A delação do herdeiro da Odebrecht comprovou o que já se sabia: Michel Temer comeu nas mãos da empreiteira. A versão de Marcelo de que em sua reunião com Temer não foi mencionado o valor que coube ao PMDB e a justificativa de Temer de que nada pediu para a empreiteira além do que permite a lei eleitoral não limpam a sujeira. Os fatos para que o TSE casse o presidente golpista estão bem aos olhos da justiça. O lugar tenente da quadrilha peemedebista ocupado por Eliseu Padilha foi exposto na delação sem que permita qualquer tergiversação. Temer tem sido aconselhado a montar um ministério mais sólido pela imprensa monopolista. Nenhum setor da burguesia e nenhuma instituição do Estado, nem os responsáveis pela Operação Lava Jato, quer o afastamento do governo golpista.

A quietude das massas permite que as disputas interbur-

guesas fluam no pântano com desenvoltura. As organizações direitistas que mobilizaram a alta classe média para derrubar Dilma Rousseff e fizeram um escarcéu em torno da corrupção estão em compasso de espera. Precisam de um aval dos capitalistas para condenar nas ruas o governo que elas ajudaram a criar. Os sindicatos e as centrais controlados pela burocracia sindical, por sua vez, continuam bloqueando e retardando as respostas às demissões em massa e o crescimento do desem-

prego. Todos envolvidos com o golpe esperam que passe o vendaval e que se ache uma forma de garantir a sobrevivência de Temer. Sua missão de impor as reformas antinacional e antipopular é sagrada e, por isso, o governo golpista deve ser poupado.

O PSDB que teve a iniciativa política do golpe vem sendo protegido pela Operação Lava Jato e pelo Ministério público. No entanto, é tão claro seu comprometimento que não teve como se safar da delação do Sr. Marcelo. Está comprovado que o ex-ministro das Relações Exteriores, José Serra, recebeu uma fábula nas eleições de 2010. Aécio Neves está marcado a ferro pela delação do doleiro Alberto Youssef e agora pelo próprio Sr. Marcelo.

A tese montada pela imprensa monopolista de que o PT sistematizou a corrupção política para se perpetuar no poder está irremediavelmente arruinada. Conclusão: Marcelo Odebrecht dei-

xará a prisão no final do ano. E todo esse barulho da Lava Jato logo ficará para trás. No seio do Estado, se está processando um ajuste das forças burguesas.

Entre as esquerdas, não poderia faltar a quixotada pequeno-burguesa de exigir “prisão aos corruptos e corruptores”. A corrupção é inerente ao capitalismo. A Odebrecht não fez senão o que fazem os monopólios. Em 1892, em uma carta a Sorge, Engels assim se refere à jovem democracia nos Estados Unidos: “uma república burguesa de homens de negócios capitalistas em que a política é apenas uma operação de negócios como qualquer outra (...)”. Muita ilusão se tem insuflado entre os explorados de que agora os ricos estão pagando por seus crimes. É preciso combatê-la com a explicação de que a corrupção é própria do capitalismo e dos capitalistas e que somente a revolução proletária pode varrê-la. Começamos por propagandear a necessidade de constituir um Tribunal Popular, nascido das lutas e submetido à classe operária.

A quietude das massas permite que as disputas interburguesas fluam no pântano com desenvoltura. As organizações direitistas que mobilizaram a alta classe média para derrubar Dilma Rousseff e fizeram um escarcéu em torno da corrupção estão em compasso de espera. (...) Os sindicatos e as centrais controlados pela burocracia sindical, por sua vez, continuam bloqueando e retardando as respostas às demissões em massa e o crescimento do desemprego. Todos envolvidos com o golpe esperam que passe o vendaval e que se ache uma forma de garantir a sobrevivência de Temer.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Por que o governo de Temer ainda está de pé?

Um governo que se originou de um golpe no seio do Congresso Nacional, que contou com a anuência do Judiciário, o apoio da imprensa monopolista e das principais frações da burguesia tinha tudo para cumprir a função de centralizar poderosamente o Estado e impor a mudança da política econômica. Que governo poderia nascer de um golpe institucional? Sem dúvida um governo de ditadura civil. No caso, é irrelevante se teria uma função transitória ou não para se constituir um novo governo eleito em 2018. O que dependeria do desenvolvimento da crise, das divisões interburguesas e das forças sociais em choque. A frente partidária que montou o impeachment retruca que se trata de um governo democrático, uma vez que a cassação do mandato de Dilma Rousseff se processou segundo a Constituição, por meio legislativo e sob a vigilância do Supremo Tribunal Federal.

Sua função foi a de corrigir os desvios à Lei de Responsabilidade Fiscal, reequilibrar as contas do País, reconquistar a confiança dos investidores e retomar o crescimento econômico. Nada melhor nas condições em que se aprovou o impeachment, cassando o voto da maioria que elegeu Dilma Rousseff, do que uma ditadura civil capaz de se impor por cima das frações burguesas e dos explorados, contando com a lealdade das Forças Armadas e com o consentimento do imperialismo. Por essa via, viria a rígida centralização do Estado. No entanto, o governo de Temer nasceu da crise, permaneceu em crise e se revelou profundamente débil. Está aí por que não se parece com uma ditadura civil. O fato de ter de contar com o Congresso Nacional para aprovar suas reformas, por sua vez, dá-lhe ares de constitucionalidade e de democracia parlamentar. Mas, na realidade, é uma ditadura civil que não se firmou como tal. Isso explica que nasceu na decomposição do governo petista, permaneceu na decomposição e não pôde se firmar como uma clara ditadura civil.

É preciso compreender esse particular fenômeno da democracia oligárquica. A cassação do governo recém-eleito – o movimento pela sua derrubada se iniciou imediatamente à reeleição – não se viabilizaria sem os escândalos de corrupção e a Operação Lava Jato. O PMDB aderiu ao movimento do impeachment e Temer passou a conspirar juntamente com o PSDB e DEM, objetivando limitar a ofensiva do Ministério Público e da Polícia Federal à ligação do PT com as empreiteiras nas negociatas com a Petrobrás, etc.

Ficou comprovado pelas escutas da PF que no Senado o PMDB passou a impulsionar o impeachment para “estancar a sangria” provocada pela Lava Jato. A implicação de Romero Jucá nas artimanhas conspirativas foi documentada e amplamente divulgada. Tratava-se não de um senador isolado, mas do PMDB. No entanto, a operação foi tão longe que já não era possível parar as investigações no PT e em algumas figuras isoladas de outros partidos. Sua envergadura já havia atingido proporções internacionais. Os Estados Unidos estavam envol-

vidos e interessados nas manobras das poderosas empreiteiras brasileiras, que penetraram em vários países do continente latino-americano e africano, e principalmente no destino da Petrobras. As empreiteiras tomaram parte na política de conteúdo nacional do governo petista que deveria, portanto, ser desmontada. Temer se colocou plenamente no terreno dos interesses do imperialismo, das petroleiras e do capital internacional em geral. No entanto, o envolvimento do PMDB com as empreiteiras e com a quadrilha que se utilizou da Petrobrás é muito mais amplo e profundo que o do PT – um esperto peixinho que aprendeu a nadar e conviver com os velhos tubarões da política burguesa.

Nem bem Temer montou seu ministério, começaram as revelações de quem é quem e as quedas de ministros. A tremenda instabilidade ministerial marcou o início da possível ditadura civil. E não houve como Temer – também denunciado – se livrar da maldição. Romero Jucá, um dos conspiradores mais destacados, como vimos, foi um dos primeiros ministros a cair. Os últimos acontecimentos continuam na senda dos casos escabrosos. O ministro da Casa Civil, portanto, homem forte do

(...) o governo de Temer nasceu da crise, permaneceu em crise e se revelou profundamente débil. Está aí por que não se parece com uma ditadura civil. O fato de ter de contar com o Congresso Nacional para aprovar suas reformas, por sua vez, dá-lhe ares de constitucionalidade e de democracia parlamentar.

governo, acaba de ser denunciado nada mais nada menos do que pelo ex-assessor especial da Presidência da República. Segundo José Yunes, Elizeu Padilha o utilizou como “mula” (palavra usada nos negócios do narcotráfico) para receber R\$ 1 milhão da Odebrecht nas eleições de 2014. E por que o amigo íntimo de Temer decidiu fazer logo agora a revelação? Porque o “lobista”, ligado à quadrilha de Eduardo Cunha, Cláudio Melo, preso pela Operação Lava Jato, denunciou que o Sr. Yunes

havia recebido a tão volumosa quantia em espécie, que fora entregue em seu escritório de advocacia. O amigo de Temer ocultou o fato até que se viu envolvido. A nomeação de Moreira Franco para a Secretaria-Geral da Presidência da República, com status de ministro, foi suspensa por um juiz de primeira instância, sob o argumento de uma liminar de que a medida servia para lhe dar “foro privilegiado”. Esse político também esteve no centro das conspirações peemedebistas contra Dilma Rousseff. Ocorre que seu nome aparece na planilha da Odebrecht e é citado várias vezes na delação premiada de um de seus executivos como arrecadador de fundos. O ministro do STF, Celso de Mello, livrou a cara do “angorá” (assim é apelidado pela Odebrecht) e cassou a liminar de primeira instância. Para realizar a peripécia, o renomado decano do STF pediu a Temer uma justificativa, que constou de várias páginas. Ao mesmo tempo, o presidente golpista, um dia antes da decisão de Celso de Mello, fez um pronunciamento nacional para dizer que não pretende proteger ninguém, que o governo não interfere nas investigações e que afastará o ministro que estiver sob denúncia. Tudo bem tratado e bem encenado. No entanto, poucos dias depois, os Sr. Yunes denunciou o ministro da Casa Civil.

Não é preciso alongar descrevendo a farsa da sabatina no Senado que aprovou o nome do ex-ministro da Justiça Alexan-

dre de Moraes para o STF. A suspeita é de que a indicação de Temer envolve um esquema de contenção da Operação Lava Jato. Voltemos ao senado. A eleição de Edison Lobão para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça expôs claramente a existência de um movimento entre os parlamentares e os partidos da frente golpista para pôr limites à Lava Jato. Não por acaso dez de seus componentes são investigados. Esse quadro explica por que tem havido conflitos entre procuradores e parlamentares, entre setores do Ministério Público e da Polícia Federal com o legislativo. O mesmo vem ocorrendo entre o Congresso Nacional e o STF. De um lado, acusa-se o Congresso de recorrer à “judicialização da política”; de outro, o Judiciário de legislar. A autonomia alcançada por essas instâncias do Estado não tem paralelo na história da República. É um fenômeno da crise política do pós-ditadura militar.

A chegada do PT à presidência – um partido que nasceu fora das entranhas da oligarquia e vinculado à presença da classe operária – permitiu um maior grau de autonomia entre os poderes. O problema agora está em como um governo do PMDB, PSDB e DEM conseguirá impor a centralização, que somente pode ser pela via autoritária. Está claro que Temer não terá como arrumar a casa. Então o que permite ao governo permanecer em pé?

A burguesia e seus partidos o colocaram na presidência por meio do golpe. Basta esse fato para que tenham a obrigação de mantê-lo o quanto puder. É apropriada a figura construída por Fernando H. Cardoso de que esse governo estabeleceu uma “pinguela” até 2018. E não há outra solução senão escorá-la para que não desabe. Sua função é a de promover o “ajuste fiscal” e implantar as terríveis “reformas” antinacional e antipopular.

Um governo que serve ao intervencionismo imperialista

A operação Lava Jato desde o início colocou sob sigilo as denúncias contra as empresas estrangeiras envolvidas nos escândalos da Petrobras e obras do PAC. Fixou seus alvos no governo petista e nas grandes empreiteiras nacionais. A mais afetada pela investigação foi justamente a Odebrecht, que controla todo o refino de petróleo brasileiro. Foi a empreiteira mais favorecida nas obras do PAC e na construção de grandes hidrelétricas (Belo Monte, Jirau). Ainda assim, três quartos de seu faturamento vêm do exterior. Tem obras na América Latina, na África, Oriente Médio e até nos EUA. Desta forma, constituiu-se num concorrente das empresas norte-americanas e europeias. A Lava Jato, dirigida pelo juiz federal Sérgio Moro, treinado nos Estados Unidos, expressa em suas ações as pressões do imperialismo sobre o país. Até agora, tem conseguido alcançar seus objetivos. Em governos vizinhos, discute-se a ruptura de contratos com a Odebrecht, em valores num total de US\$ 16 bilhões.

A Lava Jato atuou para realizar o impeachment e disciplinar as oligarquias

O vazamento de conversas entre João Machado e os oligarcas Sarney, Renan e Jucá revelou que a tese do impeachment com a instalação do governo de Temer já tinha ganhado a maior parte da burguesia. Tornava-se necessário concluir as negociações com o PSDB e setores do PMDB para levá-la à votação. Jucá pressionou

Neste ponto reside a principal questão. Temer somente terá êxito se a classe operária continuar imobilizada sob o tacão da direção sindical burocrática e da política de conciliação de classes do PT. A conduta do PT e PCdoB no Congresso Nacional indica claramente que se ajustaram ao governo golpista e que não pretendem ir além de um oposicionismo oportunista, eleitoreiro.

Os explorados têm sofrido com as demissões em massa e com a elevação estratosférica do desemprego. No entanto, continua a prevalecer a colaboração das direções sindicais com o patronato, em particular com as multinacionais. A continuidade da política de conciliação de classes após o golpe, em última instância, explica por que um governo tão podre e detestado pela população continua em pé. Passada a embriaguez do carnaval, os explorados estarão diante da criminosa reforma da previdência. Começa a ganhar corpo o temor entre os assalariados perante os perigos das medidas anti-operárias de Temer.

A resposta às demissões, ao desemprego e às medidas reacionárias do ajuste fiscal constitui uma só plataforma de luta. Trata-se de propagandeá-la e agitá-la nas fábricas, nos campos, nas escolas e em todos os lugares de trabalho. Trata-se de organizar o movimento nacional pelo emprego, salário e pela derrubada das reformas antinacional e antipopular. Trata-se de orientar a luta sob a bandeira de abaixo o governo golpista de Temer, do PMDB, PSDB, DEM e demais lacaios da burguesia e por um governo dos explorados, um governo operário e camponês, constituído pela luta direta da maioria nacional oprimida. Trata-se de denunciar e rechaçar a política do PT, PCdoB e aliados de reconstituírem-se como oposição burguesa e canalizarem a revolta dos explorados para as eleições.

o PSDB com as ameaças da Lava Jato. Mostrou que era preciso estancar a trajetória de denúncias ao PT e não afetar os caciques do PMDB e PSDB, assim como ministros do Supremo Tribunal Federal. A negociação entre Jucá e Serra e a reunião dos caciques do PSDB sob a direção de FHC selaram o “acordão”. A derrubada de Dilma estava sacramentada.

Mas a constituição do governo Temer não suprimiu a Lava Jato. Lembremos que a imprensa imperialista avalizou o golpe, mas apontou que era necessário ter um governo sem os envolvidos nos escândalos de corrupção: Jucá, Geddel, Padilha, Renan, Cunha, todos deveriam ser removidos.

A Lava Jato prosseguiu e tem conseguido derrubar um a um os oligarcas apontados pelo imperialismo como obstáculos ao bom andamento da governabilidade. Mantém a espada na garganta de Temer. Nestas condições se aprovaram diversas medidas de favorecimento ao capital estrangeiro, com destaque para a MP do Teto, que objetiva garantir o pagamento da gigantesca carga de juros da dívida pública.

As reformas necessárias segundo o interesse do imperialismo

A burguesia, o governo e os meios de comunicação têm feito uma ampla campanha em favor da reforma da previdência. A seguir, virá a reforma trabalhista. Constituem um tripé para garan-

tir o pagamento da dívida pública. A imposição do teto de gastos públicos por 20 anos é uma garantia aos investidores de que a dívida será paga religiosamente à custa de descumprir compromissos com saúde, educação, salários do funcionalismo, etc. Essa medida afeta cerca de um terço do orçamento.

A reforma da previdência serve para garantir que os trabalhadores tenham de trabalhar até quase o fim da vida. Os bilhões arrecadados, grande parte dos próprios trabalhadores, serão destinados ao mesmo objetivo de garantia de sustento do capital financeiro. Esta reforma é extremamente impopular, mas há uma grande pressão para manter a coesão burguesa ao seu redor, ainda que com desgaste eleitoral.

A reforma trabalhista é o meio para que todo o custo da crise seja despejado sobre os assalariados, por meio de aumento da superexploração do trabalho. É uma garantia aos industriais de que não serão penalizados com as outras medidas que favorecem o capital financeiro, e que todos os recursos necessários para isso virão da maior exploração do trabalho e corte de direitos. Para garantir sua realização, será preciso anular a CLT e os contratos coletivos de trabalho, substituindo-os pela negociação por empresa e até por setor.

As direções sindicais não estão minimamente dispostas a fazer um enfrentamento nas ruas e na produção contra essas reformas. A Força Sindical apoia o governo e pretende apenas retocar alguns aspectos das medidas. A CUT está animada pela política petista de deixar o governo se desgastar com as reformas e tirar proveito como oposição eleitoral burguesa em 2018. A Conlutas é minoritária, não se mostra capaz de mobilizar nem mesmo os setores que dirige para fazer o enfrentamento necessário, está focada na política oportunista do “Fora Temer” – eleições gerais. Não há uma fração do proletariado organizada sob um programa de frente única de combate às reformas e ao governo golpista, tendo como estratégia o governo operário e camponês e expressando a independência de classe.

Está aí por que diante do bloqueio à classe operária e da crise de direção revolucionária o governo golpista tem servido aos interesses do imperialismo e de setores da burguesia nacional. Somente a organização de um movimento desde as fábricas poderia levar a maioria nacional oprimida a se contrapor ao governo Temer sob a estratégia do programa anti-imperialista e anticapitalista.

A cada dia, mais favorecimento ao capital estrangeiro

A Petrobras vai fazer seus leilões de campos de extração de petróleo sem nenhuma empresa nacional concorrendo. A retomada das obras da refinaria Comperj no Rio de Janeiro inviabiliza a participação de empresas nacionais. O critério protecionista de “conteúdo nacional”, criado pelo governo petista, foi rebaixado para 50%. A compra de terras está sendo liberada pelo governo ao capital estrangeiro em até 100 mil hectares, com a possibilidade de arrendamento de mais 100 mil. A participação estrangeira nas escolas e universidades está para ser totalmente liberada (hoje é de até 30%). A aquisição de aeroportos por empresas de fora do país está sendo autorizada. Cemig e Copasa, de Minas, e o gaúcho Banrisul tiveram forte alta na Bolsa por conta do anúncio de privatização.

Este quadro mostra o favorecimento escancarado de Temer ao capital estrangeiro. O que se vê desde o golpe que depôs Dilma em 2016 é que este governo expressa abertamente as pressões do imperialismo sobre o país e seu maior intervencionismo na economia. Percebe-se também que as oligarquias regionais que controlam o aparato do Estado estão disciplinadas a seguir os ditames do capital financeiro internacional. Ainda que setores oligárquicos estejam contrariados pelo fato de suas grandes empreiteiras e suas empresas fornecedoras estarem prejudicadas pela ofensiva da Lava Jato, não podem enfrentar a ofensiva do imperialismo, que contam com apoio das frações burguesas nacionais mais poderosas, do Sudeste e Sul.

mãos, por meio da revolução socialista, será possível alcançá-las.

A tarefa imediata é a do combate às reformas antinacional e antipopular de Temer, por meio de uma frente única sindical que parta das reivindicações imediatas e das assembleias de base em todos os setores para organizar a luta massiva, grevista e de bloqueio das grandes ruas e avenidas. Esta é a maneira concreta de lutar pela derrubada do governo golpista. Com independência de classe e sob a estratégia do governo operário e camponês.

O que se vê desde o golpe que depôs Dilma em 2016 é que este governo expressa abertamente as pressões do imperialismo sobre o país e seu maior intervencionismo na economia. Percebe-se também que as oligarquias regionais que controlam o aparato do Estado estão disciplinadas a seguir os ditames do capital financeiro internacional. Ainda que setores oligárquicos estejam contrariados pelo fato de suas grandes empreiteiras e suas empresas fornecedoras estarem prejudicadas pela ofensiva da Lava Jato, não podem enfrentar a ofensiva do imperialismo, que contam com apoio das frações burguesas nacionais mais poderosas, do Sudeste e Sul.



Realizado o I Encontro Nacional dos Petroleiros da FNP

Realizou-se na cidade Santos, no dia 12 de Fevereiro, o *I Encontro Nacional dos Petroleiros*, organizado pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). A FNP, fundada como *Frente* em 2006 e transformada em *Federação* em 2010, foi criada para se opor à política governista e aparelhista da Federação Única dos Petroleiros (FUP), ligada à CUT.

Com o tema “*Estratégia Já*”, o encontro contou com a presença de expositores que falaram sobre a reforma da previdência; rombos praticados por seguidos governos à PETROS (fundo de aposentadoria complementar dos petroleiros); e a privatização do sistema Petrobras. O encontro contou ainda com a presença da advogada Raquel de Oliveira Souza, que informou sobre as ações impetradas pela FNP contra as privatizações sem licitação. No geral, as exposições informaram aos petroleiros sobre os profundos ataques que estão sendo orquestrados pelo governo golpista. Ficou claro o entreguismo das jazidas de petróleo ao capital internacional e, conseqüentemente, a perda da soberania nacional. No entanto, as exposições duraram muito tempo, o que limitou enormemente a plenária final, transformando em acadêmico o caráter do encontro.

Destacamos como negativa a fala da advogada que informou sobre as ações judiciais com a tentativa de impedir o entreguismo. Sabemos que o objetivo central do governo golpista de Michel Temer é economizar dinheiro para pagar a parasitária dívida pública e, para isso, não economizará esforços. Dizer que é possível impedir a nova onda de privatizações pela via da justiça burguesa é impor ilusões aos trabalhadores. Sabemos que há momentos específicos da luta que é importante o auxílio jurídico, porém este só pode ser tomado pelos trabalhadores e

suas organizações como meio auxiliar, subordinado a ação direta das massas. A justiça burguesa é subordinada aos ditames do capital, não é a toa que age como um braço dos patrões e dos governos, impondo inúmeros empecilhos às greves, impondo multa aos sindicatos, condenando como ilegal inúmeras greves em todo o país. A única saída que os petroleiros têm neste momento para enfrentar o desemprego e a entrega da Petrobras às multinacionais é luta coletiva e combativa dos trabalhadores de todo o Brasil, baseada na ação direta. O caminho não pode ser outro senão o da greve geral. Greve geral esta que compareceu no debate de maneira muito tímida e frágil.

O POR esteve presente representando também o *Fórum dos Sindicatos, Oposições Sindicais e Movimentos Sociais do Litoral Norte*. Interveio colocando a importância de se ter estratégias claras para a luta. Propôs a formação da Frente Única Sindical para derrubar as Reformas. Fez o chamado da greve da CNTE, que iniciará no dia 15 de Março. Levantou a importância da teoria marxista e a ausência dela nas falas dos principais dirigentes do encontro. Denunciou a política de conciliação de classes da FUP e da CUT. Expôs o caráter burguês da direção da Força Sindical constituída como um braço burocrático de apoio ao governo e às reformas. Deixamos claro que o proletariado precisa tomar a frente das lutas contra as reformas. Que a saída não se dará pela via do plebiscito. Exemplificamos com o caso da Grécia em que os trabalhadores se posicionaram por meio do plebiscito contra a reforma da previdência e que acabou servindo à desmobilização. O governo simplesmente ignorou a vontade da maioria. Por fim, defendemos a luta pelo socialismo como saída de proteção à vida das massas contra a barbárie que se intensifica.

Ofensiva reacionária de Temer contra a educação pública

Aprovada a Medida Provisória 746, que implanta a reforma do ensino médio

O Senado aprovou a MP 746 e o golpista Temer a sancionou em 16 de fevereiro. Para a cerimônia, o Ministro da Educação, Mendonça Filho, armou uma tribuna para que autoridades ligadas ao governo pudessem elogiá-la. Milhões de reais foram gastos com propaganda nos rádios e TVs em defesa da MP. Diante de críticas provenientes dos meios acadêmicos, sindicatos e entidades estudantis, de que faltou um amplo debate ou consulta na sociedade, o governo encomendou uma pesquisa do Ibope para conseguir as altas porcentagens de aprovação. A tendenciosa pesquisa trazia uma pergunta capciosa: “*O senhor é a favor ou contra a reformulação do ensino médio que, em linhas gerais, propõe ampliação de escolas de ensino médio em tempo integral, permite que o aluno escolha entre o ensino regular e o profissionalizante, define matérias que são obrigatórias, entre outras ações?*” O resultado só poderia ser favorável a MP e, assim, colocaria por terra uma das principais reclamações dos setores oposicionistas.

Os governistas, também, procuraram rebater as críticas de opositores, que recorreram ao Supremo Tribunal Federal com “ações

diretas de inconstitucionalidade”. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por sua vez encaminhou a STF parecer pela inconstitucionalidade. Temer e Mendonça usaram argumentos da “modernização”, da “qualidade”, do “protagonismo para os jovens”, etc. para mostrar a importância da reforma. Logo mais, o STF julgará a não procedência do parecer e das ações.

O fato é que Temer aprovou uma reforma que há 20 anos vinha sendo gestada. Desta vez, a mudança no ensino médio fez parte de um conjunto de reformas reacionárias. Primeiro aprovou a PEC 55, que limita os gastos dos estados. Em seguida, por meio de uma Medida Provisória (em caráter de urgência) exigiu que o Congresso também aprovasse a reforma do ensino médio. As outras reformas, previdência e trabalhista, são as próximas investidas. Todas elas fazem parte da mesma política, que é a do “ajuste fiscal”. Todas são de profundo ataque aos trabalhadores e à juventude oprimida.

Uma reforma na contramão das necessidades da juventude

A reforma parte de uma base real. O ensino médio, última etapa

da educação básica, sofre diretamente as consequências do fracasso escolar. Recebe jovens que, em boa parte, mal conseguem ler, escrever e realizar operações matemáticas. É a etapa que reúne uma juventude, que precisa trabalhar e estudar, mas que convive com o martírio da jornada de trabalho estafante, nem sempre combinada com o horário de funcionamento das escolas. Pior ainda, a maior parte dos jovens enfrenta o drama de não conseguir um posto de trabalho e vive na dependência da família, geralmente miserável. De conjunto, a juventude é submetida a uma escola enfadonha, autoritária, precarizada e apartada da produção social. Os resultados só podem ser: baixo rendimento escolar, evasão e indisciplina. Não por acaso, somente 8,1 milhões de jovens brasileiros de 15 a 17 anos estão matriculados no ensino médio, de um total de mais de 10 milhões. Sendo que mais de 1,7 milhão abandona a escola antes de concluir essa etapa de estudo.

Como se vê, o ensino médio público concentra a juventude operária, camponesa e classe média empobrecida, que precisa trabalhar e estudar. Mas é vítima do crescente desemprego, da superexploração do trabalho e da brutal precarização da educação. Para agravar ainda mais, são impostas medidas que só acentuam as desigualdades e as contradições próprias da sociedade capitalista em desagregação.

O que pretende a reforma

1. "FLEXIBILIZAR" O CURRÍCULO

Hoje o ensino médio é composto por 12 ou 13 disciplinas: português, matemática, história, geografia, artes, inglês, biologia, física, química, sociologia, filosofia e educação física. A reforma irá agrupá-las em áreas: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas/sociais e formação técnica/profissional. As disciplinas de português e matemática são obrigatórias nos três anos. A língua estrangeira também será obrigatória, mas não necessariamente em todos os anos. O conteúdo será composto por 60% da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e 40% de conhecimentos complementares, de acordo com os "itinerários formativos" correspondentes a cinco áreas, a serem implantadas pelos sistemas de ensino, portanto não serão de livre escolha dos estudantes.

Trata-se de uma reforma para flexibilizar a grade curricular. O governo usa o falso argumento de que o aluno poderá escolher as disciplinas. Justifica o corte de disciplinas ou sua junção dizendo que o currículo existente é rígido e "não dialoga com a vontade dos jovens". E que o novo modelo permitirá aos alunos escolherem seu "itinerário educacional". Além do palavreado pedagógico, repete o velho discurso de que se trata de uma reforma que possibilitará a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Na realidade, a reforma é para eliminar disciplinas. É reducionista, porque visa a diminuir os gastos dos estados com a educação. É de demissão e ampliação da precarização dos contratos de trabalho.

2. A REFORMA DESENTERRA A VELHA

PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM

Desde a LDB, 1996, se discute a implantação de uma Base Nacional Comum. Os governantes não conseguem avançar porque esbarram nos interesses corporativos no momento da seleção de disciplinas e de seus conteúdos, a exemplo das editoras, das asso-

ciações, dos lobbies de empresas, etc.

A reforma de Temer retomou essa antiga discussão em torno da BNCC, que deverá ser obrigatória para servir de parâmetro às avaliações institucionais, a exemplo do ENEN. No entanto, a reforma foi aprovada sem que a BNCC estivesse pronta. Coube ao ministro justificar que precisará de mais um ano para a sua elaboração. Mas, sem a BNCC, a reforma não tem como ser implantada, um dilema para o governo. A saída encontrada foi a de fazer um calendário, iniciando 2018 com a escolha de escolas que deverão migrar para o novo sistema.

O ministro tem pressa e exigiu que Conselho Nacional de Educação elabore a BNCC, que deve estar de acordo com o objetivo geral da reforma, que é a de criar um modelo de ensino com maior presença das parcerias público-privadas e baixo custo financeiro para o Estado.

3. A REFORMA INSTITUCIONALIZA O ENSINO A DISTÂNCIA

Também desde a LDB, os governos vêm implantando o ensino a distância. Seja na formação de professores, seja nos cursos de graduação e especialização. Agora, por meio dessa reforma, expande para o nível médio de ensino. No parágrafo 11 da reforma, diz: "Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com educação a distância".

Assim, o currículo, que segundo Temer dialoga com os jovens, poderá ser complementado pela educação a distância, que não é senão a mais vil excrescência de ensino. É a forma de deslocar recursos públicos para as empresas privadas.

4. ENSINO TÉCNICO/PROFISSIONALIZANTE

A reforma veio com o rótulo de que o ensino médio terá uma parte profissionalizante, de acordo com a vontade dos estudantes. Como os jovens precisam do trabalho e não vêm nenhum sentido no atual ensino médio, o governo criou a expectativa de que as escolas terão uma parte da carga horária destinada ao ensino técnico. Mas não é o que contém a reforma e não é o que os estados farão.

Na realidade, a reforma agrupará disciplinas em áreas, sendo uma delas destinada à "formação técnica e profissional". Não prevê ensino profissionalizante, porque implicaria adequar todas as escolas de ensino médio com oficinas, laboratórios, equipamentos, etc. Não esqueçamos que boa parte das escolas sequer tem biblioteca e professores habilitados em física, química, etc. Na situação de redução de gastos, a reforma prevê os chamados "itinerários formativos", que se resumem às áreas onde as disciplinas estarão agrupadas e onde aparece a formação técnica. Mesmo com essa generalidade, Temer precisou criar a "Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral" para angariar apoio dos governadores, que vivem nos gabinetes do governo com pires nas mãos.

Há mais dois agravantes: a) nenhum aluno poderá escolher as áreas, muito menos o ensino técnico. Quem determina que áreas as escolas terão são os governadores/secretários de educação. E a reforma afirma que não precisam implantar todas as áreas, bastam duas; b) é por meio das áreas que avançarão a privatização e a ter-



O ministro tem pressa e exigiu que Conselho Nacional de Educação elabore a BNCC, que deve estar de acordo com o objetivo geral da reforma, que é a de criar um modelo de ensino com maior presença das parcerias público-privadas e baixo custo financeiro para o Estado.

ceirização.

5. A REFORMA CRIA A CATEGORIA

PROFISSIONAL DE “NOTÓRIO SABER”

Para viabilizar parte do currículo, em particular o técnico, era preciso prever a contratação de pessoas que tivessem algum conhecimento nessa área. O remédio foi inventar o conceito de “notório saber” para liberar a contratação de professores sem diploma em licenciatura.

Assim, o novo ensino médio será composto de professores habilitados e professores não-habilitados. Isso exatamente no momento em que já proliferam os contratos precarizados de professores habilitados (categoria O, V, etc.), além dos efetivos. Com a reforma, cria-se uma nova modalidade, o professor sem diploma, mas com “notório saber”.

6. ENSINO DE TEMPO INTEGRAL

A propaganda do governo é que a reforma amplia as horas de estudos. Sem atribuir explicitamente o fracasso escolar à quantidade de horas de estudo, hoje são 800 horas anuais, a reforma procura mostrar que, ao ampliar o tempo, os alunos sairão mais preparados ou para seguir os estudos, ou para o mercado de trabalho. Mas como a reforma faz parte da política de ajuste fiscal (cortes de gastos) não poderia elevar imediatamente a carga horária de 4 para 7 horas diárias. Criaram-se, portanto, as regras de transição. Gradativamente, após o segundo ano da aprovação do BNCC, o tempo de permanência passará para 5 horas diárias e, depois de 2020, seria instituído o ensino médio de tempo integral. Certamente, pesou nessa decisão a pressão dos governadores diante da situação falimentar dos estados.

O ensino médio de tempo integral não é oriundo dessa reforma. Outros presidentes e governadores também usaram esse instrumento, como o “Ensino Médio Inovador”, do governo do PT/Lula e Dilma e o Ensino Médio de Tempo Integral, de Alckmin/PSDB. Basta lembrar que o Plano Nacional de Educação (PNE), na sua meta 6, prevê a ampliação progressiva de toda educação básica para escolas de tempo integral.

A experiência já demonstrou que o problema não é a quantidade de horas de permanência na escola. Onde se ampliou, os problemas continuaram e foram acrescidos da brutal exclusão de alunos, que não podem permanecer o dia todo na escola. O que o governo está fazendo é utilizar o aumento do tempo para impor uma discriminação entre os jovens que podem e os que não podem ficar 7 horas na escola.

Quais são as respostas?

Temer, portanto, utiliza um elemento real, que é a falta de interesse dos estudantes pelas disciplinas/conteúdos do ensino médio. Mas esconde o fundamental, que é a separação da escola da produção social. A educação, em geral, é imposta por meio de um amontoado de conceitos acumulados, totalmente distantes e deformadores da realidade. A reforma se baseia na redução de disciplinas (ao invés de 13, apenas três obrigatórias), na sua junção em áreas de conhecimento, onde disciplinas obrigatórias (artes, educação física, sociologia e filosofia) deverão ser “oferecidas” e na ilusão de conter a formação técnica/profissionalizante. Para os governistas, isso permitiria aumentar o interesse dos jovens pelos estudos, portanto, combater a evasão e melhorar os índices de aproveitamento. Na realidade, o ensino médio de tempo integral é discriminador.

A maquiagem do ensino médio, como dissemos, é velha. O PSDB tentou em São Paulo e o governo do PT chegou a introduzir o “Ensino Médio Inovador (EMI)”, em outubro de 2009, usando as mesmas justificativas e se apoiando nas metas do Plano de Desen-

volvimento da Educação (PDE) e do Plano Nacional de Educação. Segundo a reforma do PT (EMI), tratava-se de flexibilizar o currículo, torná-lo mais dinâmico, disponibilizar apoio técnico e financeiro e atender às necessidades dos estudantes. Previa a constituição de áreas de conhecimento e a ampliação gradativa do tempo na escola, objetivando a educação integral. A reforma do PT não saiu do papel.

Como se vê, várias foram as tentativas de reformar o ensino médio. E por que fracassaram? Há duas respostas que se opõem:

- a) a dos acadêmicos, direções sindicais, estudantis e partidos reformistas. Partem do ponto de que as reformas são sempre impostas, não há um amplo debate, são autoritárias e visam a interesses corporativos/empresariais. Por isso, ao se contraporem buscam a intervenção da Justiça, por meio das Ações de Inconstitucionalidade. Foi o que ocorreu com os pedidos de julgamento feitos pelo PSOL, CNTE, etc. ao Supremo Tribunal de Justiça. Ou a canalização dos descontentamentos (manifestações, ocupações) para as ações parlamentares (emendas, substitutivos, etc.). Todas essas críticas e ações institucionais são motivadas por cálculos eleitorais.
- b) a do Corrente Proletária/POR, que explica o fracasso das reformas devido à separação entre teoria e prática (inerente ao sistema de exploração do trabalho) e à decomposição do capitalismo, na época imperialista. Que mostra que não há possibilidade de reforma do sistema de ensino sem que se combata a miséria, o desemprego e todas as formas de discriminação que recaem sobre a juventude, sem que se combinem as reivindicações dos estudantes por educação e trabalho com a estratégia de transformação da base material da sociedade de classes.

A luta contra a reforma deve partir do fato de que é discriminadora. Expulsa os estudantes que não podem estudar em tempo integral. Cria a diferenciação entre o “antigo” ensino médio para os alunos pobres e que dependem do trabalho e “novo” ensino médio de tempo integral. De forma que os jovens serão distribuídos entre o ensino integral e o não integral. Falseia com a promessa de ensino profissionalizante, que supostamente serviria para os jovens se preparem para o mercado de trabalho. Precariza os contratos de trabalho. Degrada a educação com o ensino a distância. Amplia a terceirização e a privatização.

O que é preciso urgentemente?

- 1) Combinar o estudo com o trabalho. Nenhum jovem poderá ficar fora da escola e do trabalho. Cabe ao Estado garantir essa combinação;
- 2) Redução do número de alunos por sala de aula, não mais que 25 alunos;
- 3) Fim dos contratos temporários e precarizados. Efetivação de todos os contratos;
- 4) Fim das terceirizações e da privatização. Que todos os terceirizados sejam imediatamente contratados pelo Estado;
- 5) Estatização das editoras de material escolar, sob o controle operário;
- 6) Fim da separação entre rede privada e pública. Estatização do sistema privado;
- 7) Criação do sistema único de ensino, laico, científico e vinculado à produção social

Essa são medidas necessárias para romper com a escola seletiva, discriminadora e anticientífica. É por meio da luta por essas reivindicações vitais que estudantes, professores e pais se vincularão ao movimento da classe operária pela conquista de uma nova escola, que será fruto de uma nova sociedade, socialista.

Sinpeem / Burocracia sindical atua para poupar Dória. Fonseca se posiciona contra a greve da polícia do Espírito Santo

Nos dias 10 e 13 de fevereiro aconteceram, respectivamente, as reuniões de representantes de escola (REs) e do Conselho do SINPEEM. Contaram com informes sobre a campanha salarial e outros pontos específicos. A pauta principal, no entanto, foi a greve geral da educação, aprovada no congresso da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Aparentemente, não havia grandes divergências. Havia a concordância em torno do dia 8 e 15 de março como dias de luta. Porém, não tardou para virem à tona as diferenças. A direção queria que o dia 8 de março fosse somente para “participar das manifestações convocadas pela CUT, demais centrais sindicais e coletivos de mulheres”. Ou seja, não queria convocar a assembleia da categoria.

A oposição de conjunto denunciou a manobra da burocracia. Tratava-se de respeitar o indicativo da CNTE de realizar as assembleias no dia 8. Além do mais, era preciso decidir sobre a greve a partir do dia 15. E o método para decidir é o da assembleia. A direção acabou cedendo. Mas, apontou no final da reunião de REs que seria na Praça Oswaldo Cruz (Av. Paulista). A reunião foi encerrada sem discutir o local. A questão foi retomada no dia 13, no Conselho. O que pode parecer uma questão sem importância, na verdade, ocultava a conduta de Fonseca e da direção diante do novo prefeito, João Dória/PSDB. As assembleias acontecem normalmente em frente ao prédio da Prefeitura. Mas Fonseca se elegeu com o apoio de Dória. Seu partido, o PPS, esteve ao lado da oposição de direita capitaneada pelos tucanos em favor do golpe contra Dilma. Na Câmara Municipal, o PPS compõe a base do governo peessedebista. Era evidente que a manobra era para poupar o prefeito da manifestação de insatisfação da categoria. O Conselho, que possui maioria favorável à direção (graças à manobra das últimas eleições sindicais), aprovou a proposta da direção.

Por outro lado, é verdade que a Apeoesp também fará sua assembleia na Av. Paulista, no MASP, o que facilitaria a unificação. Contudo, a questão da unidade é política, e não geográfica. Se é para defender a unidade do magistério municipal e estadual, deve-se defender a unificação das assembleias e atos. A pauta é praticamente a mesma. O que não dava para admitir era a utilização de um discurso

de unidade para justificar a manobra que favorece o prefeito, colocando a categoria à mercê do acordo entre Fonseca e Dória.

No final da reunião do Conselho, o presidente do sindicato ainda teve tempo para mais um dos seus habituais rituais de autoritarismo. A Corrente Proletária na Educação, além das propostas relacionadas ao encaminhamento da luta, levou também uma proposta de resolução em apoio à greve dos policiais capixabas. O seu teor era claro: direito irrestrito de greve, de sindicalização e expressão, contra o ajuste fiscal do governo Temer. Fonseca distorceu o conteúdo da proposta, não possibilitou a defesa da mesma e submeteu à votação de forma totalmente autoritária. Usou o microfone para interrogar o plenário sobre o que aconteceria se não fossem mulheres de policiais, e sim professoras que estivessem protestando. O argumento só servia para despolitizar o debate sobre o conteúdo da resolução da Corrente Proletária. O conteúdo da resolução deixava claro que a polícia é o braço armado do Estado burguês. Serve à defesa da ordem capitalista, da propriedade privada dos meios de produção. Serve para reprimir os movimentos sociais dos trabalhadores e da juventude. Os policiais não são “trabalhadores”, como afirma o senso comum; pelo contrário, constituem um aparato parasitário. O programa socialista estabelece a bandeira de fim da polícia e constituição das milícias operárias armadas. No entanto, a greve das polícias manifesta a desagregação do regime, expondo a crise no interior do Estado e as fissuras entre a alta e a baixa oficialidade. A derrota dessa greve era fundamental ao governo Temer para dar prosseguimento à política de ajuste fiscal. Tratava-se de impulsionar essas contradições. O plenário, apesar de votar com a burocracia, contou com uma parcela que votou pela resolução da Corrente Proletária e outra que não se posicionou.

Cabe denunciar a conduta antidemocrática de Fonseca. Os trabalhadores da educação não podem admitir que uma proposta seja encaminhada de forma autoritária, sem defesa. Está mais do que na hora de aprofundar a defesa da democracia operária e da independência do SINPEEM em relação aos governos e à classe dominante.

Pernambuco / PCdoB PRETENDE FILIAR ASSOCIAÇÃO DOCENTE DA UFPE AO PROIFES

A Associação dos Docentes da UFPE (Adufepe) está nas mãos do PCdoB. A direção burocrática, com o objetivo de se perpetuar, quer mutilar a democracia sindical, tarefa que será muito facilitada se conseguir desfiliar a seção sindical do Andes-SN e se incorporar ao Proifres. Uma federação biônica, criada da costela do governo Lula.

Mesmo sendo gestada pelo petismo, o Proifres foi se configurando como expressão de uma política de direita no interior do movimento, com a proposta do sindicato de serviços e de resultados. Agora, tem a intenção de ingressar na gestão do Funpresp, fundo de previdência privada imposto pelos governos petistas aos servidores públicos federais.

Sintonizada com este movimento, a direção da Adufepe pro-

moverá na primeira semana de aulas uma semana de debates em que o presidente do Proifres estará em quatro mesas. A presidente do Andes só fará parte de uma, que dividirá com o Proifres, um representante do Funpresp e um professor favorável aos fundos de pensão.

Uma oposição sindical está se estruturando, fazendo a campanha pela permanência no Andes, o que não significa que não haja críticas à sua direção burocrática entre seus componentes. Será lançado um boletim e organizado um debate independente sobre a reforma da previdência. A Corrente Proletária na Educação compõe a oposição em unidade com a defesa da democracia sindical e a luta contra a reforma trabalhista, previdenciária e os cortes no orçamento da educação e direitos sociais.

Sob a máscara da defesa do marxismo, uma posição reacionária

No artigo “Porque se pretender marxista e defender a greve da polícia é impossível”, de 14/2, o MRT considera que está cumprindo seu dever de marxista, abstendo-se de ter uma posição diante da greve da polícia no Espírito Santo e Rio de Janeiro e condenando as esquerdas que declararam o apoio.

A redatora Simone Ishibashi evita tomar os acontecimentos que envolveram os policiais e o governo do Estado. Basta o conhecimento de que a polícia é um instrumento de repressão do Estado e responsável por todo tipo de violência para manter a dominação da burguesia sobre os explorados para que se estabeleça uma posição de princípio de jamais apoiar seus movimentos. É greve da polícia? Que os policiais e o governo resolvam entre si. O governo envia as Forças Armadas, a Força Nacional de Segurança e a Polícia Federal para pôr fim ao “motim” (assim a greve é caracterizada pelo Código Penal Militar) e a resposta dos “marxistas” é: que resolvam entre si. Que resposta dar ao bloqueio dos portões dos quartéis pelas mulheres? Não é problema dos explorados, portanto, estamos isentos do que possa acontecer. O governo do estado abre processo contra elas por terem participado do “motim”. Nada temos a ver com isso. Não são mulheres trabalhadoras, estão a serviço de seus maridos policiais, portanto, lavamos as mãos pelo que acontecer. A polícia que serve de instrumento de repressão do governador Pezão, no Rio de Janeiro, intervém contra os piquetes, submete uma das mulheres mais insubordinada por meio de uma gravata no pescoço e a arrasta presa, então, nós “marxistas” não temos nada a dizer, porque sabemos que a polícia é assassina de pobres, de jovens e de negros. Para o MRT é, portanto, aparentemente indiferente se o governo esmagar os policiais grevistas. E sobre os processos abertos contra centenas de policiais no Espírito Santo? E se vierem as expulsões, como anunciou o governador? Que se lasquem, pertencem ao braço estatal da repressão, melhor ainda se forem esmagados. Que sejam, portanto, expulsos aqueles que sustentaram e dirigiram desde os quartéis a greve.

Para os “marxistas” do MRT, não se tem de defender o direito de assembleia nos quartéis, de ter sindicato, de se sindicalizar, de fazer greve e montar piquetes. Não se tem de derrubar a prescrição constitucional de que qualquer movimento coletivo que afete a hierarquia e a disciplina militar é considerado motim e violação da segurança nacional.

Para justificar sua posição reacionária de que é melhor a derrota dos grevistas do que a vitória, os emerrenistas saem em ataque indiscriminado a quem apoiou a greve. No seu artigo em defesa do “marxismo”, coloca na mesma trincheira as esquerdas e a direita. Mistura todas as cores – PSTU, PSOL e Bolsonaro. Utiliza-se de um pronunciamento de Marcelo Freixo, uma expressiva figura do PSOL no Rio de Janeiro, para amalgamar posições distintas, diferentes ou marcadas por nuances. O artigo resulta na seguinte conclusão: todos que apoiaram a greve da polícia se colocaram no campo da direita, dos Bolsonaros. Os emerrenistas não querem saber e lhes é conveniente desconhecer que os Bolsonaros são terminantemente contrários ao direito de greve da polícia. A “bancada da bala” para não perder sua base eleitoral está obrigada a dizer que é preciso melhorar a polícia e se apresenta como uma via parlamentar para evitar o aprofundamento do choque dos policiais com o Estado, com suas leis e seus governos. Não há um só Bolsonaro que se pronuncie pelo direito de assembleia, de greve e de manifestação.

De fato, a redatora não teve como discutir a posição dos marxistas diante da greve da polícia. De maneira que deformou as

posições e as emblocou para escorar sua real posição de se colocar pela derrota da greve e pelo esmagamento dos policiais grevistas. Utilizou-se desavergonhadamente de citações de Trotsky completamente inaplicáveis a uma situação de greve por salários na corporação. Retomou a velha discussão entre morenistas se o policial é ou não trabalhador, ou seja, velha rixa entre o PSTU e o PTS argentino, transposta para o Brasil, considerando que o MRT é um satélite criado aqui pelo PTS argentino. As acusações chegaram até o MAIS, que recentemente se constituiu a partir de uma cisão do PSTU brasileiro. O que provocou uma resposta de Juary Chagas, do Rio Grande do Norte, chamada “O que fazer diante das mobilizações nas Forças Armadas”, 10/2. O PSTU, por sua vez, publicou o artigo “Sobre a greve dos policiais militares no Espírito Santo”, assinado por Wagner Damasceno, de Florianópolis, 13/2.

Na realidade, nada de novo foi apresentado nas divergências. Tudo foi discutido em fevereiro de 2012, quando explodiu a greve na polícia militar de Salvador (Bahia). Isso em uma situação em que poderia eclodir uma greve nacional da polícia, que se mobilizou em vários estados em favor da PEC 300 que instituiu um piso nacional para os soldos. O governador do Estado era Jaques Wagner e a presidente, Dilma Rousseff, ambos do PT. Também houve a intervenção das Forças Armadas, da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal. Três mil agentes da repressão foram enviados a Salvador para esmagar a todo custo a rebelião. Os governos do PT se viram na necessidade de interromper a cadeia de mobilizações. Para isso, contou com o apoio geral da burguesia. Em Fortaleza (Ceará), o governador teve de negociar uma saída para evitar um enfrentamento armado. E, no Rio de Janeiro, fervia o descontentamento dos policiais e bombeiros com os baixos salários. Pouco antes, o governador Sérgio Cabral teve de enfrentar a ocupação do quartel central dos bombeiros. Para vencer a desobediência, prendeu centenas. Dilma Rousseff aplicou a Lei aprovada no governo Lula, de 2010, que permitia anistiar os policiais grevistas.

A sequência de greves ocorrida desde 1997, se aplicado o Código Penal Militar, criado em 1969 pela ditadura, poderia levar a uma grave crise política. Com a promulgação da Lei 12.191, foram anistiados policiais de doze estados da federação. É bom lembrar a greve da polícia civil de 2008 em São Paulo que chegou perto de um enfrentamento armado com a PM. Em dezembro de 2016, a polícia mineira organizou uma greve contra o “pacote de maldades” imposto pelo governador. Como se constata, em vários estados e em distintos momentos, greves e manifestações de policiais têm ocorrido. É esse fenômeno que deve ser observado, entendido e respondido com a política do proletariado.

Em fevereiro de 2012, motivados pela greve da polícia da Bahia e pelas distintas posições das esquerdas, publicamos um folheto sob o nome “Posição do marxismo diante da greve da PM”, onde discutimos argumento por argumento, que não é o caso de repeti-los, embora sejam recolocados pelo MRT. Transcrevemos apenas essa passagem: “O vulto que vem tomando as greves policiais desde os anos 90 expõe as profundas contradições do capitalismo no Brasil”. A contundência da greve no Espírito Santo é uma projeção de um processo de crise que envolve as polícias na maioria dos estados. Da mesma forma que Dilma teve de derrotar o levante de Salvador e bloquear o movimento no Rio de Janeiro, seu algoz, o golpista Michel Temer teve de fazer o mesmo no Espírito Santo e também no Rio de Janeiro.

A burguesia exige de seu Estado e consequentemente de seus

governos que não permitam que suas forças de repressão desorganizem, enfraqueçam ou rompam sua função primordial que é a de preservar a ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada. É o que acontece quando se insubordinam e se lançam à greve. Não importa o motivo, deve ser combatida por uma força mais bem aparelhada e armada. É sua função de braço armado da ditadura de classe da burguesia que exige uma prescrição constitucional e uma lei totalitária. É impensável a mais perfeita democracia atribuir garantias democráticas a qualquer uma de suas instituições que servem aos fundamentos e à preservação da ditadura de classe da burguesia. Nada de direito de greve. Nada de direito de manifestação sindical e política. Nada que ameace a rígida hierarquia.

No Brasil, a hierarquia é francamente militar. A polícia herdada pela democracia foi criada pela ditadura. Ainda é regida pelo Código Penal Militar. É bem conhecida a hierarquia não apenas na cadeia de comando, mas também na aberrante diferença entre o soldo dos comandantes e dos policiais. Um dos pontos de descontentamento é que o salário do policial raso equivale a 17,7% de de um coronel, que chega a ganhar R\$ 30 mil. Essa elite militar muito bem paga tem motivos de sobra para servir à lei que caracteriza de motim as manifestações dos policiais, cujas famílias passam necessidades.

Cada vez mais o capitalismo em decomposição exige um contingente maior de policiais, mas para isso os soldos devem ser baixos, ao ponto de boa parte não receber sequer o salário mínimo real. É a contradição de homens e mulheres contratados pelo Estado para serem cegos serviçais da burguesia e que recebem soldos que não cobrem a necessidade da família, o que explica por que decidem desrespeitar a hierarquia e violar a lei totalitária. É a contradição entre a necessidade da burguesia de inchar a função parasitária da polícia e seu Orçamento submetido à dívida pública e a todo tipo de desperdício parasitário com a máquina do Estado que empurram os policiais a se arriscarem com a greve. É a contradição entre o que ganha o policial raso, os salários de elite dos coronéis e as dificuldades por que passam suas famílias que alimenta a necessidade imperativa dos aquartelamentos e manifestações públicas dos policiais. Nada disso importa para os “marxistas” do PTS argentino e do MRT brasileiro. Basta saber que os policiais servem à ditadura de classe da burguesia e mata os pobres para proteger os interesses dos ricos para condenar as suas greves, para se negar a defender o direito democrático de sindicalização, de assembleias, etc.

A redatora Simone Ishibashi pensa ter feito um voo alto com a explicação de que a polícia não é “aliada” da classe trabalhadora. Não lhe incomoda a simplificação de que (...) “a classe trabalhadora necessariamente passará por enfrentar a polícia do outro lado da barricada”. Não se dá ao trabalho de completar que também enfrentará as forças armadas do outro lado da barricada. Colocada a questão nestes termos, chega-se ao cume da abstração. Não lhe é permitido compreender que a “classe trabalhadora” enfrentará o conjunto dos instrumentos que servem à ditadura da burguesia e que somente o vencendo porá abaixo a ditadura de classe minoritária. E como esse feito histórico se tornará possível? Precisamente com a desintegração do poderoso aparato militar (fim da PM) que será golpeado pela profunda crise do poder burguês e pela vigorosa luta de classes, que envolve a maioria oprimida sob a direção da classe operária. As massas, ao adquirirem independência de classe, erguerão suas milícias populares. É imprescindível a presença do partido revolucionário.

A noção de aliado é ridícula. Os marxistas não apoiam a greve da polícia porque entende que é uma aliada. Somente o desconhecimento do be-a-bá da política revolucionária e a sua deformação podem colocar a questão nestes termos. Aliança é sempre entre classes. O apoio à greve da polícia se deve ao fato de expressar as contradições sociais do capitalismo que se manifestam no seio do

aparato policial. Está aí a importância de propagandear e agir com as bandeiras democráticas que se chocam com a hierarquia totalitária (direito de greve, etc.). O rompimento do ordenamento ditatorial na instituição policial é um indicador do desenvolvimento da crise de Estado.

Outra discussão no mesmo plano que revela o primarismo esquerdista e oportunista é se a greve da polícia deve ser apoiada ou não segundo o argumento de que “desestabiliza a ordem”. Os morenistas se apegam a esse tipo de discussão. O MRT contesta o PSTU com uma frase lapidar: “Sim desestabiliza. Mas pela direita.” E completa: “(...) nem toda desestabilização é progressiva”. A evidência da inépcia do raciocínio é flagrante. A redatora sequer se perguntou se estava contra a greve da polícia para manter a estabilidade do governo de Temer, seguindo o cálculo de que poderia ser uma desestabilização pela direita. Colocado assim em abstrato, o absurdo da discussão salta à vista. A questão corretamente colocada pela situação concreta não é se estamos diante de uma desestabilização de direita ou de esquerda, se progressiva ou regressiva, mas sim se é necessário ou não defender o direito de greve da polícia e apoiar sua reivindicação salarial. Esse é o ponto de partida. Mas, sem dúvida, a greve dessa natureza reflete uma crise no interior do Estado e impulsiona a desestabilização política no poder da burguesia. Como se desenvolverá? Somente a luta de classes o dirá. Estamos agora diante de um fator decisivo: como está o proletariado diante da crise de governo e mais profundamente ainda de Estado? Como estão as demais classes oprimidas (a pequena burguesia urbana e rural)? Há uma direção revolucionária que pode expressar a política do proletariado? Lembremos que a desestabilização política diz respeito em última instância à ditadura de classe da burguesia. Significa não apenas descontrole entre as várias frações da burguesia e seus aparatos de Estado, mas fundamentalmente entre a burguesia e os explorados. Está aí por que é necessário que o proletariado, por meio de sua vanguarda, defenda a greve da polícia contra a intervenção do Estado, que em última instância, frisamos, está a serviço da estabilidade da ditadura de classe capitalista. O grande problema, portanto, diz respeito à ausência da política revolucionária, que como tal desenvolve uma política militar inteiramente calcada no proletariado e na luta de classes.

Passemos desse fundamento para o que finalmente ocorreu. O governador do Espírito Santo recorreu à intervenção do governo federal. A imprensa toda despejou as mentiras sobre o movimento, procurando convencer a população de que os policiais estavam rompendo com o dever de protegê-la contra os criminosos e que não podiam violar seu juramento constitucional. Uma junta interventora formada pelo ministro da Defesa, militares e policiais de alta patente, juntamente com o governo do Espírito Santo, deram ordens para que a greve fosse suspensa imediatamente e as mulheres levantassem os bloqueios. As ruas foram tomadas pelas Forças Armadas e pela Força de Segurança Nacional. As associações da polícia que não promoveram a greve, mas que mesmo assim receberam a ordem de multa de R\$ 100 mil por dia, foram encarregadas pelo governo de pôr fim ao aquartelamento. As mulheres e os policiais não aceitaram a imposição. O cerco estava montado para sufocar a resistência. Venceu a estabilidade do governo golpista e do governador que aplica religiosamente o ajuste fiscal. A vitória no Espírito Santo de Temer/Hartung refletiu negativamente sobre o movimento da polícia e de suas mulheres no Rio de Janeiro. Desarmada essa bomba política, foi bem mais fácil a Temer/Pezão impor a privatização da Cedae. Desfecho que contribuiu para a estabilização do poder da burguesia. A substituição da situação concreta da luta de classes – a greve da polícia faz parte da luta de classes, ainda que profundamente deformada – por abstrações pueris que analisamos serve para ocultar a posição reacionária, claramente antimarxista, do MRT.

Rio Grande do Norte / **A chave da situação é Frente Única Sindical**

Os governos estão unidos para descarregar o peso da crise do sistema capitalista sobre os assalariados, particularmente o funcionalismo público. Nossa tarefa é unificar os explorados em uma luta nacional contra a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários através de uma frente única sindical. O primeiro passo para essa construção é a constituição de uma frente única sindical em Mossoró. A Aduern pode encabeçar esse chamamento.

A campanha salarial da nossa categoria deve começar pela reivindicação do pagamento em dia dos salários. A luta contra a terceirização, reivindicando a efetivação dos trabalhadores, é fundamental para retirar a UERN das garras do setor privado. Somos reféns hoje dos empresários privados.

Além de tudo isso, a reivindicação salarial deve ser discutida em assembleia. Quanto um professor universitário deve receber para prover sua sobrevivência e da sua família? A categoria deve encarar esse problema com seriedade. No IX Congresso foi aprovado “salário mínimo real que sustente uma família de quatro pessoas. Que as assembleias gerais de base dos trabalhadores decidam quanto”. A **Corrente Proletária na Educação (CPE)/POR** defende um salário mínimo real de 4800 reais. Entretanto, o artigo 11 do PCCS da categoria reza um valor maior ao dizer que o maior salário da educação básica deve ser o salário base para o Auxiliar de 20h. Então, que se faça valer o artigo 11 do PCCS exigindo sua imediata implementação.

A Frente Parlamentar segue a política de pressão a deputados para defender nossos direitos. Não devemos depender dos políticos burgueses, mas acreditar somente em nossas forças através da ação direta. A defesa da UERN pelos parlamentares é circunstancial. Arrivistas aproveitadores, devemos desmascarar todos

eles. Que defendam o pagamento dos salários em dia, obstruam o governo. Nada disso farão. A política de pressão parlamentar ao invés da luta de ação direta conduz a categoria a passividade e consequentemente, a derrota de suas reivindicações.

A reposição da inflação não é aumento salarial. Antes é uma obrigação dos governos atualizar os salários. Nossa luta não deve circunscrever a isso. Se o governo quer atualizar os salários, que o faça. A nossa reivindicação deve ser por aumento salarial respeitando o artigo 11 do PCCS e pagamento em dia dos nossos salários. A frente única sindical deve ser nossa arma para a conquista das nossas reivindicações e dos demais irmãos de classe.

A autonomia financeira é uma proposta neoliberal, ou seja, burguesa. Desresponsabiliza o Estado com o financiamento da educação. Por isso o governo vê com simpatia; por isso o reitor da burguesia na UERN regulamentou as fundações. A USP vive sua maior crise financeira em virtude da autonomia financeira. A autonomia financeira não tem nenhuma relação com a disposição da própria UERN de seus recursos, isso é autonomia administrativa. Coisa que não temos. A esquerda docente gosta de confundir a autonomia financeira com a autonomia administrativa com a palavra autonomia de gestão financeira porque acredita que pode mudar conteúdos modificando as palavras. Demonstra toda sua incapacidade política de defender a universidade pública. Por esse caminho, ajudaremos ao governo sucatear e privatizar a UERN.

A categoria deve-se somar a luta contra a destruição da previdência pelo governo golpista de Temer (PMDB) parando suas atividades no dia 15 de março junto com a greve nacional da educação básica e universitária. Nosso chamado deve ser para uma greve geral nacional para derrubar as medidas do governo.

PREFEITURA DE PORTO VELHO/RO QUER DESTRUIR DIREITOS COM COLABORAÇÃO DAS BUROCRACIAS SINDICAIS

A destruição de direitos antes e depois de Hildon/PSDB

Denunciamos sistematicamente os discursos e ações do novo prefeito. Eleito pelo PSDB, partido sem expressão na região, mas que foi impulsionado pela queda do PT e pelo ascenso dos golpistas, Hildon Chaves tem prometido mundos e fundos desde a campanha: melhorar a saúde, a educação, a infraestrutura da cidade, etc. Nada de novo na demagogia burguesa a não ser o fato de que se assume ousado em período de conhecida crise orçamentária dos estados e municípios.

Essa constatação de sua “ousadia” é que temos destacado, justamente por expressar a vertente mais radical dos ataques que virão por parte dos governos burgueses contra o funcionalismo público e a população em geral.

As suas “visitas” a unidades de saúde e a escolas, e a nomeação de “novos” administradores para as secretarias desde as primeiras semanas de janeiro serviram efetivamente para abrir uma campanha junto à população das “incompetências” e “ineficiências” dos serviços públicos e, por extensão, dos servidores municipais. Os discursos de que se cassariam licenças, se reverteriam adaptações, se abririam processos administrativos, objetiva não “melhorar” os serviços, mas executar um plano que é de conter gastos à custa da superexploração do trabalho dos funcionários públicos. Nisso, apesar da aparente “novidade” de suas ações e palavras, segue o que o prefeito anterior (Nazif/PSB) já propunha: cortar gastos para diminuir o “impacto da folha de pagamento”.

Nesse sentido, desde o ano passado, os servidores de todas as secretarias, mas tendo à frente a de Educação, com o sindicato

mais ativo, começou a denunciar o não pagamento das horas-extras, os atrasos, chegando a lutar para que fossem pagos os quinquênios atrasados, alguns dos quais já depositados em juízo, mas não entregue aos trabalhadores em seus holerites.

Na ocasião, apesar de direito adquirido e já garantido pela justiça, as burocracias dos sindicatos (Sindprof e Sintero, sobretudo, porque são maiores) “aprovaram” anistiar parte da dívida dos quinquênios atrasados. A prefeitura teria de volta milhões de reais porque os burocratas, sem mobilizar os trabalhadores, acordaram com a prefeitura a anistia de 70% dos atrasados. Um roubo sem limites! Uma traição das mais venais! Não obstante, era tamanho o descaramento que a justiça interveio e impediu o acordo, exigindo o pagamento dos quinquênios atrasados e parcelamento dos futuros. Ainda assim, abria-se a porta para a destruição do direito, com a vergonhosa participação da burocracia.

Com Hildon, veio a pancada: fim dos quinquênios

O prefeito Hildon Chaves, no dia 08 de fevereiro, sancionou a Lei Complementar nº 650, de 07 de fevereiro, aprovada pela Câmara dos vereadores. A lei acaba com o quinquênio de servidores de uma só tacada. Esse direito, fruto de décadas de lutas, significava uma diferenciação salarial de 10% no vencimento a cada 5 anos de trabalho na prefeitura. Esse acréscimo também era incorporado à aposentadoria, o que permitia que, no final da carreira, o servidor estivesse com um salário menos miserável do que quando inicia e torne mais suportável o seu trabalho realizado já em condições tão precárias. Assim, sem considerar o

impacto da medida (ou melhor, considerando unicamente sob o interesse do governo e da burguesia), o projeto foi aprovado na calada de noite e logo sancionado. Estima-se que ele atinge o total de 13 mil servidores municipais.

Em virtude disso, as burocracias sindicais precisaram convocar as assembleias, pois a pressão foi imediata.

No dia 13 de fevereiro, milhares de servidores das diversas secretarias em assembleia deflagraram greve geral por tempo indeterminado para revogação da lei. No entanto, seguindo com sua política de colaboração, as burocracias dos diversos sindicatos municipais, Sintero, Sindeprof, Sindifisc, Sinderon, AAFIM, Senge, Sindarq e Soderon, adiaram o início dessa greve para o dia 20 de fevereiro, alegando o cumprimento da lei de greve em que o anúncio deve ocorrer com 72 horas de antecedência. Mentira deslavada. Se os dez mil servidores cruzassem os braços, se todos os órgãos da prefeitura fechassem, se as escolas, unidades de saúde, e tudo o mais estivesse cerrado já no dia 14 não teria justiça que pararia a luta desses trabalhadores. A prefeitura recuaria imediatamente. O caos se instalaria. A vitória, ainda que fosse momentânea, seria certa. Entretanto as burocracias não estavam atentas à legislação grevista, mas à necessidade de costurar um acordo que quebrasse esse gigantesco movimento.

Assim, nesse mesmo dia, os burocratas foram para uma reunião com os assessores e secretários do prefeito. Segundo eles, “para abrir um canal de negociação” como de costume da sua política de colaboração. Dessa reunião, saiu a proposta de suspensão da greve por 90 dias para que a prefeitura e os burocratas façam o levantamento dos impactos na folha de pagamento. Onde já se viu as lideranças sindicais levantarem junto aos patrões o impacto dos gastos com os salários dos trabalhadores??? Aí se vê a força da crise de direção revolucionária, a falta de tradição classista no interior dos sindicatos, a ausência da violência revolucionária da classe operária que passaria por cima dessa burocracia maldita.

Os números que a burocracia sindical e os secretários do prefeito buscam já existem, ou já foram criados pela própria contabilidade corrupta do governo: o prefeito alegou um impacto de 100 milhões de reais com os quinquênios até o ano de 2020. Aí estão os dados que justificaram a retirada de um direito com a colaboração desses bandidos sindicais.

No dia 20 de fevereiro, em assembleia na frente da prefeitura, a burocracia apresentou essa proposta já assinada de “suspensão de 90 dias” da greve com o único objetivo de quebrar o movimento que estava forte.

Rio Grande Do Norte – Mossoró

ASSEMBLEIAS DA ADUERN: DIREÇÃO SEM PROPOSTA E DISTRAÍDA COM AS ELEIÇÕES PARA REITOR

Ocorreram já duas assembleias dos docentes. Na primeira, a direção do sindicato Aduern (“independentes”, dissidentes do PT e PCdoB) apareceram sem proposta para a campanha salarial. A Corrente Proletária na Educação/POR apresentou duas propostas: 1) reativar o comando de mobilização abrindo inclusive para que outros colegas possam compô-lo; 2) organizar um fórum dos sindicatos na região para potencializar nossa luta contra o governo estadual e participarmos da luta nacional contra o governo golpista de Temer/PMDB. Todas as propostas foram aprovadas.

A direção se postou crítica às duas propostas. Na segunda proposta, argumentaram que as mesmas organizações do Fórum estadual do funcionalismo estariam presentes neste fórum local. Mas os colegas adversários não apresentaram uma outra proposta.

O que não esperava essa corja de burocratas é que o descontentamento era tão grande que vários se ergueram para rejeitar essa proposta dos noventa dias e ainda denunciar que a mesma tinha nascido da boca dos burocratas e não da própria prefeitura. A revolta foi geral e a burocracia se “comprometeu” a voltar a conversar com os secretários do governo. Mas a manobra já estava feita, com a rejeição dos noventa dias e aceitação de “nova reunião”, a greve foi suspensa por, pelo menos, quinze dias.

Está prevista a resposta da prefeitura quanto à revogação ou não da lei. A ideia é retomarmos a greve, caso não seja revogada. O problema é que esse tempo será o necessário para que a burocracia e a prefeitura costurem um acordo, provavelmente não atingindo os servidores mais antigos, o que já vai criar divisão no movimento, e assim acabar com o quinquênio como direito de todos.

Nossa resposta

Estamos elaborando sistematicamente resposta e denúncia às medidas do novo prefeito, seja através do boletim da Corrente Proletária na Educação/POR seja através de nossas intervenções. O problema está em que atuamos apenas no setor da educação e a oposição que tem se formado contra a direção do SINTERO ainda é bastante frágil, embora também tem atuado na denúncia e propaganda nas escolas.

Desde o início do problema dos quinquênios, afirmamos que não deveríamos recuar nem um milímetro. Exigir o pagamento integral e imediato de todos os valores. Não pactuar com nenhum acordo que retira direitos e que beneficia a prefeitura. Denunciamos a ação das burocracias e temos estado à frente daqueles que se opõem às suas propostas de colaboração. Por maior que seja a traição dos burocratas e por pior que sejam as intenções do governo, sabemos que instintivamente os trabalhadores reagem aos ataques mais duros e é nessa tendência objetiva que buscamos desenvolver nossa linha, apontando o caminho da greve geral do funcionalismo, da ação direta com a ocupação da prefeitura e dos prédios públicos, com os bloqueios das avenidas e rodovias.

Nossa resposta só pode ser uma: defender intransigentemente nossos salários, nossos empregos e obrigar que o peso da crise seja descarregado exclusivamente sobre a burguesia, apontando que a saída para essa crise histórica do capitalismo só pode ser a revolução socialista e a instauração de um governo dos operários e dos camponeses, portanto, da maioria nacional.

É verdade que são as mesmas organizações políticas que dirigem os sindicatos do fórum estadual que comparecerão ao fórum local. Porém, a base da categoria não pode fazer a experiência com essas organizações no fórum estadual, pois as reuniões ficaram restritas a representantes da direção e membros reduzidíssimos de base da categoria. Somente os colegas organizados politicamente de base participaram dessa reunião. É por isso que o balanço da participação da Aduern no fórum estadual fica restrito à direção e aos sócios organizados politicamente e não se difunde entre a ampla base da categoria. Além disso, a frente única sindical é uma necessidade prática do momento para o movimento sindical nacional dos assalariados. Não podemos deixar de lutar por ela em virtude das outras organizações políticas que boicotam ou lutam contra ela.

ataque, sobretudo na Unifesp, que não organizou-se para se contrapor a mais este golpe, desta vez interno. Alterações mínimas no sistema de poder universitário não são sequer toleradas.

A defesa da paridade nas universidades vem em contraponto ao sistema 70.15.15 em que o peso de decisão docente é maior do que o das outras duas categorias (funcionários concursados e estudantes), diferente da paridade, que estabelece uma proporcionalidade idêntica entre as três categorias. Cabe ressaltar que funcionários terceirizados ou com contratados por tempo limita-

Nada de CPI da UNE!

As pressões para que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE) seja instalada foram retomadas. Segundo o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM), um dos patrocinadores do pedido de CPI da UNE, ao lado dos deputados Marco Feliciano (PSC) e Cristiane Brasil (PTB), o presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, não estaria cumprindo a promessa assumida com os quase duzentos parlamentares que assinaram o requerimento.

A investigação pretendida é justificada pela denúncia de que a direção da UNE teria desviado recursos. Trata-se de R\$ 44,6 milhões recebidos a título de indenização provenientes da destruição de sua sede pela ditadura militar. A CPI da UNE, porém, virou uma novela política. Várias foram as tentativas. A última, no entanto, é a mais novelesca. As três figuras da direita, acima descritas, coletaram 182 assinaturas validadas. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, decidiu pela instalação. Quando tudo indicava que desta vez a UNE seria devassada, Cunha teve seu mandato cassado por corrupção (hoje está preso). Seu sucessor, Waldir Maranhão, desfez a decisão de Cunha, sob a alegação de que o pleito não apresentava sólido motivo de investigação. Ocorre que Maranhão, apesar de pertencer ao PP, é um parlamentar ligado ao governador Flávio Dino, do PCdoB.

Eleito como o novo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se comprometeu a instalar a CPI, caso tivesse claro o objeto da investigação. Esse processo se passou em meio ao impeachment de Dilma Rousseff. Maranhão havia se investido do mais alto cargo do Congresso por injunção do momento. Já Rodrigo Maia era produto do golpe finalizado e do novo governo Temer institucionalizado. Para sua eleição, foram importantes os votos do PT e PCdoB, que não se pejam em apoiar uma candidatura partícipe da derrubada de Dilma Rousseff. Terminado o mandato transitório, Rodrigo Maia se candidatou à reeleição. No PT, estava instalada a crise. Parte dos deputados votaria no candidato do PDT André Figueiredo. O PCdoB rompeu com o bloco oposicionista que se colocou pela candidatura do PDT e declarou o voto em Rodrigo Maia.

Esse percurso que perfaz o golpe institucional e o alinhamento das forças partidárias na nova situação é importante para entender a novela da CPI da UNE. Sóstenes Cavalcante, passada a eleição de seu correligionário, Rodrigo Maia, cobrou a sua instalação. E deixou no ar a suspeita de que a protelação se deveu ao apoio do PCdoB. A desconfiança não é, porém, infundada. Os estalinistas fecharam questão em torno de Maia com a justificativa de que se tratava de unificar a bancada do PCdoB em torno de um só nome e que Rodrigo Maia “apresentava as melhores condições para fazer o parlamento funcio-

do não são considerados dentro da estrutura decisória dos conselhos. Na Unifesp, é a primeira vez em que foi utilizada a paridade nas eleições para a reitoria. O movimento que reivindicou essas alterações não teve força suficiente para enfrentar mais esse ataque do governo golpista de Temer. Outra aberração antidemocrática são os próprios órgãos colegiados, onde vigora o 70.15.15, que o movimento pela paridade não conseguiu levar adiante por meio das mudanças estatutárias e regimentais aprovadas no Congresso da Unifesp realizado no final de 2014.

nar com um mínimo de normalidade”, segundo declaração de Daniel Almeida. É evidente, portanto, a posição do PCdoB de se ajustar ao governo golpista e de deixar claro ao postulante Maia que se tratou de um apoio interessado, apoio que representava uma ruptura com o PT e PDT. O que poderia ser um funcionamento mínimo da normalidade do parlamento senão a estabilização do governo golpista e do encaminhamento das reformas antinacional e antipopular? De forma que a oposição poderia continuar a exercer seu papel de coadjuvante perante a esmagadora maioria governista!

A conduta miserável do PCdoB, no entanto, não é garantia de que Rodrigo Maia breque definitivamente a CPI da UNE. Segundo a revelação de Sóstenes Cavalcante, Maia lhe teria sugerido que “pedisse a instalação de uma comissão mista, que não dependeria da autorização do presidente e assim evitaria ‘constrangimento’.” (O Estado de São Paulo, 28/2).

Não resta dúvida de que os estudantes devem rechaçar a ingerência do Estado, do governo, do parlamento, do judiciário e da polícia na UNE. Somente eles podem apurar qualquer denúncia. Para isso é preciso convocar assembleias nas universidades para discutir e deliberar: 1) Defesa da UNE contra qualquer ingerência do Estado; 2) Constituição de um comitê de apuração das denúncias; 3) Apresentação do resultado nas assembleias, que devem aprovar novos encaminhamentos.

Fixada essa posição de princípio e de apuração independente dos fatos pelos próprios estudantes, é necessário pôr à luz a política do PCdoB para a UNE. Recordemos que a recuperação da UNE e sua reconstituição depois de a ditadura militar a ter destruído se deu como parte de um amplo movimento democrático, protagonizado pela pequena-burguesia urbana, e pelo ascenso do movimento operário, que, por sua vez, arrancou os sindicatos das mãos dos interventores. Esgotado o impulso das massas pequeno-burguesas e das greves operárias, a UNE foi controlada pelo PCdoB em aliança com o PT. Infiltrados na CUT, os estalinistas, assim que se viram fortalecidos com a política parlamentar e burocrático-sindical a romperam formando a CTB. É claro que para formar o contexto das cisões foi importante a ruptura do PSTU/PSOL, criação da CSP-Conlutas e Intersindical.

O que importa no caso da UNE é que o PCdoB e seus aliados a subordinaram à política burguesa parlamentar, atuando como uma ala pequeno-burguesa de esquerda. O recurso de R\$ 44,6 milhões recebidos fez parte de um acordão em torno da Comissão da Verdade, que serviu no final das contas para selar a anistia aos assassinos e torturadores, que fizeram centenas de vítimas nos anos da ditadura. Não por acaso, Aldo Rebelo não teve problemas em assumir o ministério da Defesa e exal-

tar o papel das Forças Armadas. Na mais descarada traição à memória dos militantes do PCdoB que tombaram na guerrilha do Araguaia, desconheceu a sua função fundamental que é a de assegurar a ditadura de classe da burguesia sobre a classe operária e a maioria oprimida.

Relatamos esse fato para se ter absolutamente claro o papel contrarrevolucionário do estalinismo. É a partir dessa caracterização que os estudantes devem tomar em suas mãos as denúncias da direita burguesa (DEM, PTB, PSC, etc.) sobre a corrupção na UNE. É preciso libertá-la do controle desse apa-

rato que é o PCdoB e seu aliado PT. Cada vez mais a organização nacional dos estudantes será desmoralizada aos olhos da maioria. Temos clara certeza de que os vínculos dessa direção com o Estado serviram e servem para fortalecer o aparato burocrático, constituído por profissionais típicos da política burguesa. Está colocado organizar uma oposição programática, principista e revolucionária, apoiada nas assembleias democráticas e na luta direta dos estudantes. Não à CPI da UNE! Pela constituição de um comitê apoiado nas assembleias universitárias para investigar as denúncias!

A USP que se vai encontrar em 2017

Os ingressantes deste ano e os veteranos que voltam às aulas vão encontrar a USP numa situação de grave prejuízo ao seu caráter público e gratuito. O reitor Marco Antônio Zago, que assumiu em 2014, tem desenvolvido uma série de medidas que afetam duramente a vida dos estudantes, mas também as de professores e funcionários. Sob o pretexto de que a USP está com seu orçamento estourado, aplica corte de bolsas, demissões, terceirizações, fechamento de creche e restaurante, não contratação de professores e funcionários, maior dificuldade para concessão de moradia. Dizemos que é pretexto porque não se reduzem os super salários de dirigentes, nem os gastos com obras ou empresas terceirizadas, e não existe nenhum controle dos que estudam e trabalham sobre as finanças da universidade. Seu lema administrativo poderia ser: “aos amigos, tudo; aos demais, sacrifícios”.

Ataques às costas de todos; expressa interesses minoritários

Só do final do ano para cá, Zago impôs o cercamento do Sindicato de Trabalhadores da USP (Sintusp) e do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (Calc – da Escola de Comunicações e Artes) para despejo de ambos (violando a autonomia sindical e do movimento estudantil); determinou o fechamento da Creche Oeste (junto à prefeitura do campus) e não cumpre a abertura de 157 vagas (que hoje estão ociosas) para crianças, aprovada na instância máxima da USP (Conselho Universitário – C.O.); pretende impor um banco de horas aos funcionários, de forma a não ter de pagar o adicional de horas extras, e aumentar a carga de trabalho dos efetivos atuais, para compensar a demissão de mais de 3 mil assalariados em sua gestão; e ainda, pretende aprovar no C.O. no dia 7 de março um Teto de gastos para a USP, que impõe um congelamento de contratações e de salários, e a demissão de até mais de 5 mil funcionários, e também de professores, até que se cumpra a meta de gastos estabelecida – esta é a aplicação do chamado “ajuste fiscal” à USP. Isto tudo durante as férias, com a universidade esvaziada pelo recesso escolar e férias de funcionários. Agora, com a volta às aulas, é nossa tarefa responder a essas medidas com a mobilização geral e unitária.

Quem sofrerá com os antigos e novos ataques e quais suas causas

As consequências para os que estudam e trabalham serão desastrosas. Já existe um grande déficit de professores e funcionários. Basta se informar com os veteranos que se ouvirá

que muitas disciplinas não são oferecidas por conta disso. Basta conversar com os funcionários para se constatar o aumento da carga de trabalho causado pelas demissões sem reposição. Basta se conversar com seguranças e trabalhadores da limpeza para se saber que as terceirizadas superexploram sua força de trabalho, fixando salários aviltantes, descumprindo direitos e há casos em que nem mesmo os baixos salários são pagos, obrigando a USP a pagar a conta duas vezes.

A precarização da USP é parte de uma política de privatização da universidade pública e gratuita. O sucateamento permite a substituição de trabalho efetivo por prestação de serviço de empresas de administradores da universidade ou de seus “amigos”. O estrangulamento dos cursos pela falta de professores os pressiona para buscarem solução na contratação por meio de contratos precários (baixos salários) ou por meio de contratação pelas fundações privadas, aumentando a dependência das unidades a elas. O estrangulamento docente e funcional serve de pretexto para desenhar a cobrança de mensalidades e assim substituir o orçamento público, destinando esses recursos para o sustento do parasitismo financeiro e corrupção.

Quem apoia e quem luta contra o privatismo

Não se pode dizer que não tem havido resistência contra o florescimento do privatismo na USP. Mas essa resistência tem enfrentado brutal repressão, por meio de processos, prisões e eliminações, tem sofrido com o isolamento decorrente do corporativismo das direções, tem sofrido com a falta de unidade dos que estudam e trabalham e destes com os movimentos sociais de fora da USP, em particular da classe operária.

O privatismo é alimentado pela burocracia universitária que dirige a universidade autoritariamente a mando dos governos e da burguesia. De fora, recebem aplausos da imprensa patronal e dos governos e políticos burgueses. Dentro, corrompem toda uma camada de professores, e mesmo de funcionários e estudantes, por meio dos recursos externos (fundações). Alimentam uma ideologia reacionária que se fundamenta na chamada meritocracia, de conteúdo elitista e racista. Que expressa o controle dos capitalistas sobre a universidade, a qual dessa forma só pode servir à maior acumulação de capital.

Enquanto isso, restringe-se a possibilidade de permanência estudantil, que é parte integrante do direito ao ensino público e gratuito. Sem moradia, alimentação, transporte, bolsas de iniciação e de trabalho, muitos estudantes não têm sequer como iniciar seus estudos, e aumentam o quociente de aban-

dono de cursos. Existe uma grande resistência nos cursos mais procurados em aplicar as cotas raciais. Muitas estudantes, pesquisadoras e funcionárias mães não têm como executar suas atividades sem vagas nas creches e sem moradias especiais (no Conjunto Residencial da USP – Crusp – há somente 12 vagas para estudantes mães).

A reitoria se nega a devolver os blocos K e L para a moradia estudantil. Durante a ditadura militar, esses blocos foram transformados em escritórios da reitoria; agora a reitoria está em seu lugar de origem, mas os blocos não são devolvidos. No ano passado, durante a greve estudantil, moradores do Crusp tentaram reocupá-los, mas foram reprimidos pela polícia.

A redução do ensino público e o gigantismo do privado

O ensino público e gratuito vem sofrendo uma retração relativa nas últimas décadas, hoje responde a apenas 10% das vagas e 30% das instituições. Enquanto isso, progridem fortemente as universidades privadas, com subsídio estatal. A defesa do ensino público e gratuito, que devemos fazer na USP, não pode se restringir a ela, deve ser tomada como uma bandeira de toda a juventude e levantar um programa de reivindicações que atenda às necessidades do setor mais afetado pelo desemprego causado pela crise mundial capitalista. Esse programa deve tomar como ponto de partida o direito ao ensino e ao trabalho para todos. O que só pode se realizar com a estatização sem indenização pelos que nela estudam e trabalham e controle coletivo de toda a rede privada de ensino; e com a defesa da divisão nacional de todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os aptos a trabalhar, sem redução de salário, com uma jornada diária de 4 horas aos estudantes, de forma a permitir o estudo e o lazer.

O direito democrático elementar de acesso universal ao ensino público e gratuito (e a consequente permanência necessária) tem sido renegado pelas direções estudantis em geral.

Sem sua defesa sistemática e permanente, progridem as teses privatistas em toda linha. É na luta em defesa de suas necessidades mais sentidas, em choque contra a burocracia universitária privatista e os governos, que os estudantes avançarão em sua consciência coletiva contra o privatismo e se dirigirão à unidade com o proletariado contra o adversário comum. Terão pela frente a tarefa de construir novas direções, que não tenham como política a conciliação com os de cima e a aversão à luta direta e a democracia estudantil. Para cumpri-la, terão de se apoiar na política revolucionária do proletariado, contra todas as variantes pequeno burguesas que lhe obstaculizam o caminho.

Luta por uma nova universidade se liga à luta pelo socialismo

A Corrente Proletária Estudantil, juventude ligada ao Partido Operário Revolucionário, se coloca como instrumento indispensável para realizar essas tarefas, e convoca os ingressantes e demais estudantes a juntarem forças nessa luta. A universidade burguesa, decorativa, repetitiva, desvinculada da realidade, terá de ser transformada numa nova universidade, científica, laica e com unidade entre teoria e prática. Isso será obra da revolução proletária, socialista. Para chegar até lá, é preciso colocar hoje a universidade ao lado dos explorados contra os exploradores. Isso só será feito pelos que estudam e trabalham. A luta pelo fim do reitorado, fonte de nossos problemas, se levantará por meio da construção de uma Assembleia Geral Universitária (dos três setores), que revelará a real situação das contas da USP, porá fim a todo privatismo, elaborará um orçamento que atenda às reivindicações, e discutirá as medidas necessárias para enfrentar e derrotar a burocracia autoritária e em seu lugar erguer um Governo Tripartite, eleito por voto universal e com mandato revogável, e subordinado ao controle coletivo da Assembleia Universitária.

Pernambuco

Brutal repressão aos sem-teto em Recife

Desde o dia 17/02, iniciou-se a ocupação Carolina de Jesus, na zona oeste de Recife, em um terreno de 10 mil metros quadrados, pertencente ao governo do estado. Após a ocupação, o governo condicionou o início de qualquer conversa à saída das então 400 famílias. Na ocasião, descobriu que o terreno era público, fruto de desapropriações para as obras de mobilidade urbana da Copa que nunca se realizaram. Os ocupantes, organizados pelo MTST, resistiram. A orientação não é a de construir barracos, mas sim de exigir um conjunto habitacional no local. Uma reunião com representantes do governo foi marcada para o dia 21/02.

A reunião, porém, foi cancelada de última hora. A grande massa de homens, mulheres, crianças, idosos se concentrou em frente ao prédio da Companhia Estadual de Habitação e Obras, houve uma tentativa de ocupação. A polícia reagiu com extrema brutalidade. Lançou bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha à queima roupa e até mesmo disparos de balas de chumbo. Uma jovem que foi pela primeira vez a uma manifestação em busca de moradia foi alvejada por duas balas e uma delas

continua alojada em sua bacia. Outro manifestante foi agredido até ter sua costela quebrada e sofreu hemorragia interna.

A criminalização continuou com a prisão de vários militantes, inclusive o advogado que os defendia. Foram 24 horas encarcerados. Uma grande manifestação exigiu a libertação dos presos políticos no Fórum Joana Bezerra, onde uma audiência de custódia foi realizada no dia 22/02. Após a libertação, foi realizada uma assembleia com cerca de 2 mil pessoas. E desde então, a ocupação está em expansão.

Na fala das lideranças, coloca-se a necessidade de vincular a luta pela moradia ao combate às políticas do governo Temer, sobretudo a Reforma da Previdência. O movimento tem mostrado sua combatividade e organização, enquanto o governo estadual de Paulo Câmara (PSB) mostra como pretende enfrentar as lutas que vão se intensificar no próximo período.

O enfrentamento à repressão exige que se popularize entre as massas a bandeira dos tribunais populares para punir os crimes da burguesia e a necessidade de o movimento organizar sua autodefesa.

Dia internacional da mulher

Lutemos pela real emancipação da mulher e total igualdade com os homens

O capitalismo em decomposição alimenta e impulsiona a barbárie. Em todas as relações sociais, se manifesta a violência cotidiana cada vez mais virulenta. Nem mesmo as crianças e velhos escapam de seus impactos. Impressiona o fato de meninos e meninas serem arrastados para as ruas, drogas e crimes. Muitos se tornam assassinos com doze, treze e quatorze anos. As casas de custódias da juventude estão repletas. Entre eles estão estupradores. As meninas que pareciam mais resistentes estão cada vez mais frágeis e parte delas propensa a seguir o mesmo caminho da criminalidade de milhares de meninos e jovens adolescentes.

O velho e conhecido fenômeno da desintegração das famílias operárias, principalmente de milhões que vivem nas favelas, cortiços e bairros extremamente pobres, ganha proporções cada vez maiores. Nota-se que a grande e prolongada crise mundial do capitalismo tem agravado a violência. A burguesia não encontra solução, nem encontrará, uma vez que se move de acordo com as relações de exploração do trabalho e acumulação crescente de riqueza. Só faz aumentar o contingente policial e superlotar os cárceres de homens e mulheres. Está aí por que, volta e meia, os partidos mais direitistas da burguesia pressionam para alterar a lei da maioridade penal. As escolas, por sua vez, não têm como ensinar e educar a juventude para relações sociais harmônicas. Estão alicerçadas sobre o sistema que há muito vem apodrecendo e liberando as forças destrutivas do homem e da natureza.

É nessas condições que persiste e avança a violência contra a mulher. Não devemos dissociá-la das condições gerais de destruição do homem e da natureza. Não devemos separá-la do avanço geral da barbárie capitalista. Está, sem dúvida, ligada por vínculos indissolúveis com o que se passa com as crianças, com os velhos, com os imigrantes, com os negros, com os índios, com os desempregados crônicos, com os moradores de rua, com os favelados, com os famintos, etc. Não desligar a violência que sofre a mulher da violência geral não significa desconhecer a particular violência. Certamente, também assume formas particulares a violência contra os imigrantes, que são responsabilizados pelo desemprego na Inglaterra, França, Itália, etc.; contra os negros que padecem do racismo no Brasil, Estados Unidos, etc.; contra os índios na Bolívia; Peru, Equador, etc. e assim por diante.

Persiste, porém, nos movimentos a noção de que cada caso é um caso, que, portanto, deve ser tratado em separado. Essa dissociação se baseia na ideia de que são tipos de opressão, cujas particularidades definem em si mesmas o fenômeno. Nasce assim de fontes distintas de opressão social, de maneira que as respostas também são particulares e segmentadas. É compreensível que desta ordem de explicação se conclua que o combate a tais opressões e a correção de seu curso se dará caso a caso. Mas aponta-se um remédio geral que se encontra na educação, na cultura e na punição e coerção. Cabe aos governos, ao parlamento, à escola, ao judiciário e à polícia se responsabilizarem por sua aplicação. E cabe aos movimentos pressionarem para que atendam as reivindicações: leis mais duras, penalidades mais inflexíveis, proteção judicial e policial, introdução no currículo escolar de matérias sobre as opressões, formação de uma nova cultura da igualdade, da cidadania, dos direitos e deveres, etc.

Cada vez que ocorre um caso escabroso de violência contra a mulher, cria-se um alvoroço nos meios de comunicação. As organizações especiais, os movimentos particulares e acadêmicos retomam o programa da educação, da prevenção e da punição e coerção. Há muita gente que se especializou nos temas das opressões, que se tornou assessores parlamentares, que ocupa lugar de secretarias nos partidos, que milita

nos inúmeros grupos, coletivos, núcleos e movimentos, cada qual especializado em uma das opressões.

Acabamos de assistir na segunda metade de fevereiro uma audiência realizada no Senado, promovida pelo PT, PCdoB e outros partidos para discutir o dia 8 de março, dia Internacional da Mulher. Foi apresentado o tétrico mapa da violência, sobejamente divulgado por organismos oficiais. Foram destacados alguns dos casos que mais chocaram a população, como o estupro coletivo, o assassinato da mulher, do filho e de familiares em Campinas na festa de ano novo. Uma das conclusões gerais é que o “machismo mata”. E que para combater o “machismo” é preciso mudar a educação desde a infância, criando a nova cultura da “igualdade de gênero”. As bandeiras de luta contra o “machismo” e de “igualdade de gênero” se tornaram norteadoras do enfrentamento à violência sobre a mulher e homossexuais. Tudo se resume à particular violência que nasceria de uma “cultura machista”.

Os casos que ganharam notoriedade e as estatísticas demonstrando que tem-se agravado a violência contra a mulher, apesar da Lei Maria da Penha e do Feminicídio, estão aos olhos e aparentemente explicam a existência de movimentos, coletivos, grupos, núcleos e instituições parlamentares voltados à questão. No entanto, essa multiplicidade de organizações resulta das variantes políticas, dos vínculos com os partidos, dos interesses particulares que vêm do fisiologismo estatal, das necessidades eleitorais, das orientações ministradas pela ONU e, em geral, das mais variadas nuances do feminismo burguês e pequeno-burguês. Os efeitos da opressão são, portanto, bem visíveis. O que precisa ser evidenciado é a fonte primeira da opressão e seu desencadeamento na vida social, no dia a dia da existência. Neste ponto se dividem as posições, o programa de reivindicações, os objetivos históricos, os métodos de luta e a organização das mulheres. Essa constatação nos remete à nossa colocação inicial sobre a violência em geral própria da sociedade dividida em classes antagônicas e sua manifestação particular.

Compreendemos, defendemos e concebemos um movimento revolucionário pela libertação da mulher das cadeias econômicas e sociais do capitalismo, em cuja base está a desigualdade entre homens e mulheres. Essa libertação começa pelo fim da exploração do trabalho, o que conduz à libertação de homens e mulheres. Está claro que não haverá emancipação e igualdade nos marcos do capitalismo. Sob a propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho, a violência geral e suas formas particulares continuarão sendo reproduzidas e agravadas nas condições de decomposição do capitalismo. Não poderá ocorrer o fim da opressão sobre a mulher separadamente do fim da opressão de classe e suas várias manifestações, em outras palavras, sem erradicar a violência geral que decorre da opressão de classe da burguesia sobre a classe operária e a maioria oprimida (camponeses pobres e classe média urbana arruinada).

As lutas partem da violência que se manifesta na forma de assassinatos, estupros, discriminações, etc., mas para eliminá-la em suas particularidades devem se dirigir à eliminação da violência geral, que se origina na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho. Ocorre que as manifestações particulares da violência não fazem senão expor a concretude da violência em geral, de classe. Toda tentativa de encontrar nas formas particulares de violência, de opressão, uma causa em si ou fora da concretude da opressão de classe acaba por desviar a luta pela emancipação e igualdade. É necessário sempre se guiar pela constatação histórica de que a emancipação da classe operária e das demais classes oprimidas trará a emancipação da

mulher, bem como a igualdade entre homens e mulheres. A opressão do homem sobre a mulher nasceu com a sociedade de classes, desenvolveu-se e transformou-se nestas condições e desaparecerá com o seu fim e com a construção da sociedade sem classes, comunista.

É preciso ser claro e determinado na defesa desse programa de emancipação e igualdade. Somente assim se constituirá um movimento proletário, que expressará as reivindicações e aspirações progressistas das demais classes oprimidas e que as dirigirá contra os pilares do capitalismo. É natural e compreensível que a classe média urbana aspire reformas no capitalismo e que por essa via busque amenizar a opressão sofrida. Essa classe social é que mais alimenta ilusões na democracia burguesa e tem enorme importância nos períodos eleitorais. Está aí por que é a partir dela e em seu seio que se organiza a multiplicidade de grupos, coletivos e movimentos feministas. É nas suas entranhas e nas suas relações com a política burguesa que se gestam as pseudoteorias como as de “gênero” e de “machismo”. As esquerdas que se afastaram das explicações e fundamentação de classe da opressão sobre a mulher (e de toda forma de opressão) abraçaram a engenhosa invenção acadêmica e culturalista da “opressão de gênero” e da “violência machista” que lhe serve de conteúdo.

É com esse caráter que se estão organizando no Brasil as manifestações e a greve internacional de mulheres. Pelo visto, a luta contra o “machismo” estará no centro das convocações em todos os países que aderiram ao movimento. O que indica que sua direção depende das organizações feministas, que negam a luta de classes.

O Partido Operário Revolucionário se dirige à classe operária, aos camponeses pobres, à classe média arruinada e à juventude oprimida que se empenhem na mobilização internacional do dia 8 de março. Mu-

lheres e homens explorados pela classe capitalista devem estar irmanados sob a política do proletariado e sob o programa de reivindicações que leve à luta pelo fim da sociedade de classes e pela libertação da mulher da escravidão do lar, da dupla jornada de trabalho, das discriminações materiais, ideológicas, políticas e culturais, da mutilação da função social da maternidade, da privação ao direito de decidir sobre o aborto, das arbitrariedades patronais, da prepotência do homem que emana das relações capitalistas de propriedade e de toda sorte de violência que infernizam o dia a dia da maioria das mulheres.

Neste momento, a luta se concentra em derrotar as reformas da previdência e trabalhista do governo golpista de Temer, e os ataques decorrentes da imposição dos tetos de gastos em todos os níveis. A defesa do emprego e do salário, ao lado do direito à aposentadoria, saúde, educação, moradia, etc. colocam a necessidade da unidade das massas para impedir que os exploradores e seus governos derramem sobre os explorados os custos da crise mundial capitalista que se manifesta duramente no país. Cada reivindicação particular deve se tornar em ponto de partida para construir a luta geral necessária, a ser colocada em prática com os métodos da luta de classes. O que se coloca não é pedir ao Estado opressor e violento que amenize, por meio de suas instituições, a violência de classe e suas manifestações, e sim combatê-lo nas ruas para impor as reivindicações e caminhar no sentido de sua destruição e superação pela revolução proletária, que construirá o governo operário e camponês e abrirá caminho para por fim a todas as opressões.

Viva o Dia Internacional da Mulher!
Lutemos pela emancipação da mulher e o fim de toda opressão, com os métodos da luta de classes!

Resposta à “Declaração Conjunta Do Movimento Por Uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS) e da Nova Organização Socialista (NOS)”

Entendemos que a divulgação sobre a discussão de unificação de duas correntes que se reivindicam do trotskismo é do interesse da vanguarda que luta por constituir o partido revolucionário. Não poderíamos desconhecer essa notícia. Quando se constituiu o MAIS, nos posicionamos com argumentos, que em nosso entendimento foram sérios e sólidos, distintamente de ataques sem princípios. É o que pretendemos fazer diante da “Declaração Conjunta”.

Sobre a dispersão

Publicamos no jornal Massas, agosto de 2016, o artigo “Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (Mais). Por que o PSTU foi Cindido”, reproduzido no livro recém-publicado *“As Esquerdas no Brasil. O trotskismo diante da tarefa de constituir o partido revolucionário”*. No primeiro parágrafo, afirmamos: “Já não bastasse a fragmentação das esquerdas e, em particular, daquelas que se reivindicam do trotskismo, temos mais um exemplo que reforça as tendências centrífugas”. Como se vê, um dos pontos de nossa crítica à divisão no PSTU se dirigiu à fragmentação.

Seis meses depois, recebemos a notícia de que o MAIS e o NOS caminham no sentido contrário, sob o argumento de que “a conjuntura exige (...) diferentes formas de atuação unitária das forças políticas comprometidas com a revolução socialista.” Chama imediatamente a atenção o motivo que levou o MAIS a encontrar no NOS o porto onde se atracar depois de cindir o PSTU. Apoiar-se no “quadro de dispersão da esquerda socialista brasileira” e na “ofensiva da direita” para anunciar o processo de unificação.

No momento em que o MAIS confirmou a cisão de centenas de militantes da organização morenista, porém, a referida “dispersão da esquerda” e a “ofensiva da direita” já existiam. O que quer dizer que se trata de uma justificativa arbitrária. Não resta dúvida de que há uma

grave fragmentação da vanguarda e que devemos lutar para superá-la. Mas essa tarefa diz respeito ao caminho pelo qual o proletariado construirá o partido da revolução e ao lugar que ocupará a vanguarda, no sentido leninista do termo. Nisto reside nosso interesse em responder à referida Declaração.

Não se deve confundir divisão com dispersão. Nem toda divisão resulta em dispersão. As divisões fazem parte do processo histórico de construção do partido revolucionário. Não é preciso recorrer a uma série de exemplos desde a separação do marxismo com o anarquismo na Primeira Internacional. O próprio marxismo teve de se diferenciar do socialismo utópico e combater as posteriores versões reacionárias.

O exemplo mais próximo e de maior importância foi a cisão entre bolchevismo e menchevismo. Lembremos de passagem que Trotsky reconheceu a crítica de Lênin quanto à procura da unidade oportunista. E assim, pela experiência, se chegou à conclusão marxista de que a divisão faz parte do método de construção do partido. O problema está em reconhecer em toda sua extensão o conteúdo de classe das divergências que se manifestam em cisão programática.

O próprio trotskismo resultou da luta da Oposição de Esquerda Russa (e depois Internacional) contra o estalinismo e em defesa da continuidade do leninismo. A separação irreconciliável entre a II Internacional degenerada pelo chauvinismo socialdemocrata e a III Internacional foi decisiva.

Em todos esses casos, temos presente o choque de posições programáticas, portanto, de classes. Tais divisões não resultaram em “dispersão” e sim em coesão da vanguarda revolucionária.

Da divisão do PSTU, à unificação com o NOS

O surgimento do MAIS como resultado de divergências no inte-

rior do PSTU é mais uma divisão nas hostes do morenismo, tendência internacional que se formou em torno das formulações do argentino Nahuel Moreno. Depois de sua morte, abriu-se um processo de ruptura e fragmentação. A sua matriz argentina se estilhaçou em vários agrupamentos e a metástase se espalhou por suas seções. Alcançou, inevitavelmente, o Brasil.

Há vários agrupamentos que vem do morenismo. O NOS contou com um contingente de ex-militantes daí proveniente. O PSOL abriga duas importantes facções originárias do morenismo (CST e MES). O próprio NOS se formou no interior do PSOL, por meio de junção de agrupamentos descontentes com os rumos desse partido reformista. E a justificativa foi a de servir de meio de superação da fragmentação, contribuindo, nos seus dizeres, para “reunificar as forças socialistas mais consequentes em torno de um programa para a revolução socialista”.

Confessamos que não conhecemos o programa aí anunciado. Duvidamos que exista no sentido que o marxismo lhe dá.

Verificamos que os morenistas são pródigos em divisão, ao mesmo tempo em que comparecem como campeões na defesa da unidade dos “socialistas”. O MAIS não rompeu com essa tradição. Promove uma grande divisão no PSTU, lamenta a dispersão e vai ao encontro de uma organização que se abriga nas entranhas do PSOL, sem que tenha travado o combate pela construção do partido leninista.

Em sua apresentação “Quem Somos”, o NOS diz altissonante: “não nascemos como partido e não reivindicamos esse papel”. Faz parte do PSOL, mas seus integrantes não têm a obrigação de nele se filiar. Para que então serve o “NOS”? Para reunir “militantes inconformados” com os rumos dos acontecimentos, entre eles, “militantes descontentes com as organizações de onde saíram”. O seu grande objetivo, expresso no “Quem Somos”, é o de promover a unidade em uma “frente de esquerda socialista”. Em suas palavras: “uma frente essencial para dar maior visibilidade ao projeto socialista, enfrentar o governo e esclarecer a classe trabalhadora sobre o caráter de classe - dominante - do PT e seus aliados, bem como sobre a necessidade de alternativas partidárias transformadoras.”

O NOS se nega a colocar-se como partido, de forma a servir de receptor aos descontentes com as experiências vividas nas organizações partidárias de esquerda. Alimenta o desejo, no entanto, de “contribuir para a aglutinação das forças socialistas mais consequentes em torno de um programa para a revolução socialista no Brasil (...)” Para isso, pretende se colocar acima de “caminhos autoproclamatórios, sectarismos e dogmatismo”. Com esse tipo de generalidade, se alça na missão unificadora dos tais “socialistas” em uma frente de esquerda. A utilização da frente de esquerda para construir o partido vem das formulações do morenismo. De maneira que sua construção virá de um movimento, que aglutinará os ditos socialistas de várias procedências.

O MAIS vai ao encontro do NOS precisamente pelos encantos unificadores do movimentismo oportunista. “Programa” e “revolução socialista” não passam de palavreado vazio, que serve para combater a tarefa de construção do partido revolucionário, definidamente marxista-leninista-trotskista.

O partido

A “Declaração Conjunta” não anuncia a formação de um novo partido. Tudo indica que permanece o entendimento do NOS. Nota-se que há um acordo na ideia que fazem do processo de sua formação. A missão da nova organização que surgirá da unificação é cumprir a grandiosa tarefa de “contribuir com o processo de reorganização da esquerda revolucionária no Brasil.” Vimos anteriormente que o NOS acredita que o meio para esse feito é a união dos socialistas em uma frente de esquerda.

O MAIS e o NOS não anunciam um novo partido, mas expõem

uma tentativa de explicação. Tentativa que acaba indicando a renúncia à concepção marxista-leninista do partido. Eis: “Ambas as organizações rejeitam a ideia de que um partido revolucionário possa se construir unicamente por meio de crescimento linear. Ao contrário, pensamos todos que a construção de um partido marxista passa inevitavelmente por um processo de fusões e reagrupamentos, sempre paciente e respeitoso, sempre em base a uma profunda discussão política, programática e de princípios.”

Essa explicação é essencialmente subjetiva. É fruto do desejo. Não se baseia na fundamentação histórica do partido revolucionário e na consequente concepção marxista. A quem pertence a ideia de que “a construção de um partido revolucionário possa se construir unicamente por meio de um crescimento linear”? A quem está refutando? Não sabemos! Em certa feita, a LER-QI, que se metamorfoseou no MRT, tentou vestir essa carapuça no POR. Em se tratando de mais uma corrente surgida da fragmentação do morenismo, sabemos o porquê de tamanha leviandade.

De nossa parte, não nos furtamos em apresentar nossa compreensão. Até onde chega nosso conhecimento, todas as facções do morenismo entendem que o partido surgirá de fusões de agrupamentos de várias procedências que se reivindicam do socialismo. Mencionemos de passagem que o PSTU é fruto desse percurso, em cuja base esteve a “Convergência Socialista”, cujo nome diz tudo.

Não é o fato dos morenistas acreditarem que as fusões constituem o fundamento do processo de constituição do partido que está se diferenciando daqueles que imaginam a via do “crescimento linear”. E se alguma corrente pensa assim também não tem a ver nem com o processo histórico, nem com a concepção marxista-leninista do partido. Os morenistas se dividem, mas mantêm a mesma orientação de Nahuel Moreno também neste aspecto. Ocorre que não admitem colocar a questão em seus devidos termos. E não enfrentam quem procura se apoiar na concepção marxista do partido. É mais fácil e cômodo para seus fins arquitetar dois campos distintos: quem procura a unificação dos socialistas e quem os divide procurando um crescimento linear.

Se não admitem a concepção marxista-leninista do partido como vanguarda revolucionária do proletariado, deveriam assumir plenamente. Em síntese, o partido é o programa. A tarefa da vanguarda que combate o capitalismo e organiza o proletariado com vistas à “revolução socialista” é a de constituir o programa da revolução proletária. Terá de penetrar, com trabalho obstinado, no seio da classe operária. Essa tarefa histórica determina a relação do partido com as demais classes oprimidas.

A unificação entre grupos que se autodenominam de socialista não define a natureza marxista do partido. Pelo contrário, certamente dará lugar a um burdo oportunismo. O programa é que define a natureza do partido marxista. Está aí por que a aproximação e integração de uma corrente que se reivindica do socialismo no partido marxista depende de uma demonstração prática na luta de classes, que comprove a real concordância programática.

O programa

O morenismo é uma corrente revisionista do trotskismo. Rompeu com o Programa de Transição da IV Internacional, embora o conserve em palavras e se propõe a atualizá-lo - na verdade, desfigurá-lo. Trilhou um caminho distinto da tarefa de edificar o programa em cada país, segundo suas particularidades. Essa renúncia o impossibilitou assimilar e desenvolver na luta pela construção do partido a concepção e o método do Programa de Transição.

A tese de que o partido e seu programa resultam da fusão de grupos de distintas procedências, desde que estejam no campo do socialismo, resulta desse desvio. Eis por que a corrente morenista, em suas diversas

variantes, se caracteriza pelo centrismo. A cisão do PSTU é parte dos impasses e crise do centrismo revisionista. Afirmamos e fundamentamos que se tratava de uma ruptura pela direita. É o que se pode consultar no jornal Massas ou no livro “As Esquerdas no Brasil”.

A confluência entre o MAIS e o NOS reforça nossas convicções sobre a cisão. Procuramos mostrar que nosso posicionamento nada tem a ver com hostilidades ou com ataques sem princípios. Não estamos em defesa do PSTU, nem em posição de ataque ao MAIS por capricho, ou por qualquer outra ordem de valor que não seja o esforço de expor nossa compreensão sobre a luta por construir o partido revolucionário no Brasil como parte da reconstrução da IV Internacional.

O POR tem um programa editado e amplamente divulgado na forma de livro. Nenhuma corrente de esquerda se aventurou a criticá-lo em parte ou no todo. Referimo-nos a isso para indicar que não criticamos a ruptura do MAIS com o PSTU - e agora a sua fusão com o NOS - sem que o POR tenha se empenhado em constituir-se como partido-programa. Qualquer que seja a crise nas esquerdas que se reivindicam do marxismo, do socialismo e da revolução é de nosso interesse. Isso porque faz parte da luta pela construção do partido revolucionário. Há muito desperdício na dispersão da vanguarda em um momento tão crucial da crise de direção mundial do proletariado.

Não vemos outra forma de tratar a questão senão por meio da teoria, da concepção e do método que o marxismo edificou. Não deixamos de ter em conta o gigantesco retrocesso provocado pela destruição do bolchevismo pelo estalinismo e as consequências práticas que se manifestam no processo de restauração capitalista. O assassinato de Trotsky atingiu a IV Internacional em um momento importante de sua existência. Os acontecimentos posteriores demonstraram que esta não chegou a constituir uma direção à altura das tarefas que se colocaram no pós-guerra. Nenhuma de suas seções se mostrou capaz de enfrentar consequentemente o revisionismo que tomou corpo em meados dos anos 50.

Em nossa compreensão, atribuímos à desintegração da IV Internacional e à proliferação de tendências centristas o fato de nenhuma das seções ter aplicado o Programa de Transição nas condições particulares de seu país. O POR da Bolívia sofreu as consequências do revisionismo pablista, derrotou-o, se desenvolveu no seio do proletariado mineiro, mas não teve como interferir diretamente na crise da IV Internacional, que ficou nas mãos dos pablo-mandelistas e dos lambertistas. Em certo sentido restrito, também nas dos morenistas, quando compartilharam com os mandelistas no Secretariado Unificado (SU). O isolamento do trotskismo na Bolívia custou caro à luta pelo internacionalismo proletário. Por mais distante que esteja a origem da desintegração da IV Internacional, continua a refletir seus efeitos negativos, que no momento os identificamos na ruptura do PSTU.

Estratégia da ditadura do proletariado

A “Declaração Conjunta” dá a conhecer aspectos programáticos. Entre eles, a “reivindicação da revolução socialista”, “o reconhecimento do proletariado como sujeito”, “a ditadura do proletariado” e “a necessidade do internacionalismo”. São, sem dúvida, essenciais. Apresentados na forma de uma lista, no entanto, apenas indicam a importância em abstrato e nada mais. O PSTU assina em baixo, inclusive quanto aos demais pontos. Segundo o conhecimento que temos de seus escritos, estamos convictos de não errar.

Partimos dessa observação porque o MAIS – e o próprio PSTU – não expuseram o conteúdo geral da divergência que concluiu com a cisão. Em nossa crítica, anteriormente citada, dizíamos que “as cisões (ou fusões) sempre devem ser analisadas a partir de posições programáticas, táticas e estratégicas; de posições principistas; de posições de classe”. E concluímos: “Não é o que encontramos na ‘Carta à Direção do PSTU’ e ‘Declaração da Direção Nacional do PSTU’, publicadas no jornal Opinião Socialista, 520, de 7 de julho de 2016.” De maneira que não tem a

menor seriedade a apresentação de aspectos fundamentais do programa para calçar o comunicado sobre a aproximação com o NOS.

Tudo que transpareceu sobre a cisão está na Carta e Declaração publicadas no Opinião Socialista e no pronunciamento de Valério Arcary no lançamento do MAIS em 23 de julho. A fração diz que já não era possível conviver no seio do PSTU devido ao seu sectarismo. O partido teria se afastado da tática da frente de esquerda e adentrado à política do auto-isolamento ao não participar do movimento contrário ao impeachment de Dilma Rousseff. Segundo o PSTU, por sua vez, a fração avaliava que a situação mundial é tal que por um longo período cabe somente as “revoluções democráticas”. Como não vimos nenhuma contestação do MAIS, tomamos como certa a informação veiculada na “Declaração da Direção Nacional do PSTU”.

Esse tipo de caracterização é próprio do revisionismo morenista, que deformou as teses da revolução permanente de Trotsky. As várias correntes desse tronco convivem com a insolúvel contradição em torno da revolução democrática e da revolução socialista. O que tem a ver com a negação em constituir o partido unido do programa de acordo com as particularidades nacionais. O PSTU não tem um programa. Via de regra, o confunde com formulações conjunturais, com lista de reivindicações e com a tática fixa de frente de esquerda. Está aí por que o MAIS não o cindiu por razões programáticas. Se o fizesse por esse motivo, começaria por reconhecer a inexistência do programa. Estamos, assim, seguros em afirmar que os pontos “programáticos” apresentados na “Declaração Conjunta” não passam de um artifício.

A revisão de Nahuel Moreno consistiu precisamente na negação dos fundamentos programáticos, principistas e teóricos da ditadura do proletariado. Mantê-lo como enunciado para sacá-lo em caso de polêmica entre as esquerdas tão somente indica o traço fundamental do centrismo e do oportunismo. É compreensível, portanto, que os morenistas acusem o POR de uso abstrato e sectário da ditadura do proletariado. No entanto, sempre se negaram a entrar no mérito de nossa crítica à fórmula de “governo dos trabalhadores”. Nunca se dispuseram a discutir nossa formulação de governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado. Em decorrência, desconhecem um dos problemas fundamentais da revolução social no Brasil, que é o da constituição da aliança operário e camponesa.

Na lista de concordância anunciada, não aparece a forma de governo. É bem provável que manterão a fórmula de “governo dos trabalhadores”, que de resto faz parte do ideário de todas as variantes do revisionismo do trotskismo. Não há também a referência obrigatória ao método e meios que permitirão ao proletariado liderar um movimento de maioria nacional para derrotar a burguesia interna e o imperialismo e impor sua ditadura de maioria explorada contra a minoria exploradora e saqueadora do País. Os partidários da “Declaração Conjunta” poderão dizer que não se tratava de colocar todos esses aspectos que farão parte da discussão. Notamos, porém, que se referem à “necessidade de utilizar os pequenos espaços da democracia”.

A ditadura do proletariado traz em si a essência do programa revolucionário, ou seja, a compreensão de que a burguesia será derrubada por uma revolução violenta, ou seja, não democrática e pacífica. Esse conteúdo histórico separou o marxismo do reformismo e de todo tipo de centrismo. Estamos convencidos de que o MAIS e o NOS não pretendem colocar em discussão a estratégia da ditadura do proletariado de acordo com o marxismo. Isso devido não apenas a suas experiências no terreno do morenismo, do revisionismo e do centrismo, mas também devido à recusa em analisar, criticar e se libertar dessa herança.

Esperamos que a militância que ainda guarda alguma convicção marxista-leninista-trotskista se disponha a considerar nossas críticas programáticas e se coloque pela construção do partido revolucionário, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

18/fevereiro de 2017

Nesta edição:

- Argentina: XIII Congresso do Partido Operário Revolucionário da Argentina.
- França: Mais um levante da juventude contra o racismo

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



XIII Congresso do Partido Operário Revolucionário da Argentina

O congresso foi realizado nos dias 28 e 29 de janeiro. A pauta do congresso constou de 3 pontos:

1) informe sobre a situação internacional, baseado nas formulações do Comitê de Enlace. Neste ponto, destacou-se o significado da eleição de Trump nos Estados Unidos. Ocorreu uma rica discussão sobre a caracterização de fascismo. Houve um acordo na formulação do Comitê de Enlace do caráter embrionário das tendências fascistas, que se manifestam mundialmente. Concluiu-se pela necessidade de acompanhar seu desenvolvimento e as respectivas respostas revolucionárias;

2) Situação política nacional. A Conferência se concentrou em discutir o caráter pró-imperialista do governo Macri. Levantou-se a necessidade de distingui-lo do governo burguês kirchnerista, por seus traços nacionalistas. A incapacidade do peronismo de responder às pressões do imperialismo e o avanço da crise econômica abriram o caminho para a burguesia mudar seu governo. A resolução considera, porém, que as massas não completaram, não fecharam, o ciclo nacionalista, que poderá ser recolocado. E que por isso é importante um balanço do kirchnerismo, que passou para a oposição. A Conferência reconheceu que a situação se caracteriza pelo descontentamento dos explorados, pelas manobras da burocracia sindical e pelo estreito espaço para contê-las. Assinala que o caminho para derrotar o governo é a greve geral de massa, que tem se gestado desde as bases. As ilusões nas leis e nas eleições têm sido um obstáculo para a independência de classe do proletariado. A resolução coloca-se pela necessidade de travar a luta a partir das necessidades elementares dos trabalhadores e reconhece a importância de desenvolver a tática da frente única anti-imperialista. Alguns aspectos da resolução foram debatidos e serão modificados. Por exemplo, comparece como con-

traditória a colocação de que “não estamos diante de um governo débil”. A resolução acertadamente caracteriza a situação de agravamento da luta de classes. Discutiu-se que a tendência das massas a se chocar com esse governo e as extremas dificuldades de sua política econômica indicam, ao contrário, a debilidade de Macri. Nesse sentido,

a resolução indica a tarefa de desenvolver as reivindicações da classe operária e demais explorados, combater a fragmentação promovida pela burocracia sindical e assim preparar as condições para a consigna de “Abaixo Macri! Fora o governo das multinacionais!” A resolução reconhece a necessidade de trabalhar insistentemente pela bandeira da unidade de todo o movimento operário em uma única central, que será o produto da recuperação dos sindicatos e organizações de base. Coloca a campanha de convocação de um congresso de base do movimento operário para aprovar um programa de independência de classe e de luta contra a exploração capitalista do trabalho. Também se discutiu a necessidade de melhorar a formulação sobre a estratégia em torno da consigna do governo operário e camponês. Um ponto derivado da situação nacional é o das eleições e da frente de esquerda. A Conferência chegou à conclusão de que a experiência da vanguarda com a frente de esquerda ainda não se esgotou e que por isso é preciso intervir. Há todo um percurso de combate às ilusões nas leis e nas eleições. Os fatos comprovam que a frente de esquerda ao contrário de combater as ilusões democráticas com o programa, a estratégia e os métodos revolucionários, as alimenta. A resolução conclui que é preciso trabalhar com as principais reivindicações da presente etapa, os métodos e as formas organizativas que ajudam o movimento a dar um passo adiante na enorme luta que se potencia com a crise econômica e política.

3) a questão da opressão sobre a mulher. Foi aprovada uma proposta de adendo ao programa, com o título Concepção Marxista da Opressão sobre a Mulher. O texto rechaça as teorias feministas sobre o “machismo” e “gênero”. Estabelece com clareza que a opressão sobre a mulher é de classe e que sua emancipação depende da revolução proletária. Discutiu-se a importância de colocar na resolução que a opressão sobre a mulher começa pela sua escravização na família. Abriu-se uma ampla discussão sobre como se colocar diante da violência contra a mulher e como partir de suas reivindicações mais elementares para organizar o movimento que se opõe à opressão e que se choca com o Estado capitalista. Neste aspecto, a resolução mereceu uma melhor formulação. A calorosa discussão em torno desse ponto serviu para afirmar o caráter marxista da resolução programática. Aprovou-se, também, uma resolução sobre a violência contra a mulher, a prostituição e o aborto.

Outros aspectos discutidos no Congresso dizem respeito aos informes e questões organizativas.

O Partido Operário Revolucionário do Brasil saúda o XIII Congresso.

R\$5
Adquira com o distribuidor de Massas:

França / Mais um levante da juventude contra o racismo

No dia 2 de fevereiro, o jovem negro Théodore Luhaka (22 anos) foi violentado por policiais em Aunay-sous-Bois, bairro de Saint-Denis. Após ser detido, foi espancado e estuprado com um cassete. Três policiais foram indiciados por “violência agravada” e um “por estupro”.

O aumento da violência policial contra a juventude pobre e desempregada, especialmente imigrantes, negros e muçulmanos, tem se agravado. Perseguições, assédios, detenções arbitrárias e mortes têm sido fatos corriqueiros. Nos últimos cinco anos, 80% da juventude pobre e desempregada - imigrante ou filhos de imigrantes-sofrem a violência estatal.

O fundamental está em que a permanência das manifestações, greves, ocupações de fábricas e escolas, de um lado, e dos confrontos com o aparelho repressivo, motivado pela defesa das condições de vida das massas e contra os ataques aos salários, aos empregos, à previdência e à violência da polícia, de outro, indica que amplas camadas do proletariado, da pequena burguesia e da juventude oprimida se projetam em choque com o Estado e a burguesia. Na sua base está a permanência da crise e o agravamento de suas consequências para os explorados.

2016 se inicia com uma greve nacional de funcionários públicos e setores do operariado que tomaram as fábricas e as ruas, rejeitando os ajustes e as reformas do governo Hollande. Em 24 de janeiro, novas manifestações enfrentaram a repressão policial. Em 31 de março, estourou uma greve geral que foi imposta pelas bases. E que finalmente ganhou expressão nacional com as greves de junho de 2016. As greves operárias indicaram respostas instintivas e defensivas, que poderão ser retomadas diante da crise capitalista e dos brutais ataques da burguesia às massas. A ausência de uma direção revolucionária capaz de projetar os protestos em uma frente única nacional dificulta dar um salto consciente, anticapitalista, nas lutas defensivas.

Essas condições colocam para os partidos da burguesia a necessidade de canalizar o descontentamento dos explorados para as eleições. Uma das variantes que se potencia é a da direita fascizante que ganha força entre na classe média e no setor mais atrasado do proletariado. Mas, não constitui ainda uma alternativa da burguesia imperialista, que conta com a permanência das ilusões democráticas, da conciliação de classes e do bloqueio da burocracia sindical às tendências radicalizadas do operariado.

Isso explica por que com a proximidade das eleições presidenciais os partidos da ordem burguesa procuram aproveitar do novo fato repressivo para ampliarem suas bases eleitorais e apresentarem seus programas de governo. Hollande compareceu ao hospital para visitar o jovem negro. Desde seu leito e tendo a seu lado o presidente Théodore chamou os manifestantes a acabarem com os confrontos e a “confiarem na justiça”. A imagem do presidente como a de um “estadista consternado” diante de uma população pobre e miserável tem um claro objetivo eleitoralista. Anunciou reformas aos procedimentos policiais, como se tivesse se deparado pela primeira vez com a barbárie na França civilizada. Afirmou que irá apresentar dois projetos de lei. Um que obrigaria os policiais emitirem “um recibo” após as verificações de identidade para “facilitar” processos contra os “excessos”. O segundo asseguraria aos estrangeiros o direito de votar nas eleições locais.

A Frente Nacional (FN) de Marie Le Pen, que tem liderado as pesquisas eleitorais, por sua vez, deu seu “apoio” às forças de segurança, *“a menos que a justiça demonstre que cometeram delito ou crime”*. A FN se apoia nas classes médias arruinadas que veem com desespero como se destroem suas condições de vida e culpam o governo socialista por não lhes assegurar sua sobrevivência e pequenos lucros,

acusando-o de favorecer os imigrantes e minorias com serviços sociais gratuitos, quando os “verdadeiros franceses” empobrecem por falta de recursos.

O fortalecimento eleitoral da FN e o enfraquecimento dos socialistas têm obrigado o governo burguês dos socialistas a posar de humanitário conciliador. Nas eleições passadas, o Partido Socialista ganhou da FN porque cooptou o voto dos bairros populares e de imigrantes que mais tinham sofrido com os ataques desfechados pelo governo Sarkozy. O problema está em que se tratam dos mesmos bairros que hoje rejeitam o governo e seu partido.

O essencial está em que as promessas reformistas de Hollande não têm como se sustentar. De fato, a encenação junto ao jovem negro é recebida como clara demagogia. O Estado burguês não poderá garantir a presença crescente dos imigrantes, nem realizar reformas sociais. Sob a justificativa de combate ao “terrorismo”, tem se erguido um estado policial, necessário para abortar e esmagar as tendências de luta de classes e manterem as condições sociais e econômicas que garantem os lucros dos monopólios.

Essa condição, por sua vez, favorece o avanço da FN. Para Le Pen, o caso do jovem negro é uma amostra do descaso dos socialistas e das crescentes tensões sociais “que dividem o país” e enfrentam as forças policiais que protegem os franceses dos que não se adaptam “à república e às instituições francesas”. E promete assim “medidas enérgicas” e de “salvação nacional” que protegerão os empregos e vidas dos franceses.

Nota-se que ambas as forças políticas da burguesia (socialistas e frentistas) expressam o avanço do racismo e toda sorte de discriminações que constitui um traço fisiológico da política burguesa na situação de agravamento da crise e da desagregação social do capitalismo. Está aí a explicação por que a violência contra a juventude oprimida e os imigrantes é uma manifestação particular da opressão de classe.

O crescimento do aparelho e dos métodos repressivos do Estado serve a esse objetivo geral. A violência policial praticada contra indivíduos isolados da juventude pobre, desempregada e imigrante é parte indissolúvel desse processo de agravamento da opressão e dominação de classe contra parcelas do operariado, que não tem como ser integradas à produção social e que consomem uma parte da renda nacional “improdutivamente”. Para a burguesia e camadas reacionárias da pequena-burguesia, o Estado não mais deve garantir a sobrevivência dos marginalizados da produção. Deve destinar esses recursos para subsidiar e ampliar os negócios dos capitalistas que sofrem com a queda dos lucros. Esse é um dos pontos de discussão entre os partidos burgueses da França.

O fundamental os protestos da juventude que estremeceram Paris serve de marco para que a nova etapa da crise capitalista no país possa criar as condições para o desenvolvimento de um embrião de unidade revolucionária das massas. A burguesia trabalha assim para o fortalecimento do Estado policial, visando a criar as condições para abortar essas tendências. Os diversos partidos da ordem burguesa têm de expressar essa política geral, embora o façam com formas e ritmos particulares. A classe operária, de seu lado, terá de multiplicar suas forças unindo a juventude e os imigrantes por trás de sua luta contra o desemprego, o empobrecimento e a perda de velhas conquistas trabalhistas.

Trata-se de opor à “unidade nacional” da burguesia a unidade nacional dos explorados, sob a direção do proletariado, rompendo com as ilusões democráticas e o divisionismo baseado nos preconceitos de nacionalidade, religião e cor. Unidade de classe que somente pode prover o programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias e a luta unitária das massas sob uma frente única operária.

Assimilando o leninismo

Lênin estrategista

No Jornal Massas 536, concluímos a síntese das principais formulações de Lênin sobre o partido. Nos ocupamos do período inicial, que vai de 1894, quando foi escrito “Quem são os amigos do povo e como lutam contra os social-democratas”, a 1902, quando da publicação de “Que Fazer?”. Agora, daremos sequência à página do Assimilando o Leninismo, sintetizando as formulações de Lênin em torno da estratégia da revolução proletária. Limitaremos a expor em vários números do Massas o período da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro de 1917.

Tudo indica que o “Projeto de Teses”, 4 (17) de março de 1917, expressa uma mudança de Lênin quanto às respostas a serem dadas ao processo revolucionário na Rússia. Anteriormente, seus escritos se concentravam em torno da guerra imperialista, da rejeição ao pacifismo burguês, do combate ao social chauvinismo e da defesa do internacionalismo proletário. Com a abdicação do czar e a constituição do governo provisório burguês, no dia 2 (15) de março de 1917, apoiado pelos socialistas revolucionários e mencheviques, abria-se uma nova etapa da Revolução Russa. Lênin, informado por meio de telegramas, afirmou em seu “Projeto de Teses”: *“Somente um governo operário, que se apoie, primeiro, na grande maioria da população camponesa, nos trabalhadores agrícolas e nos camponeses pobres; e segundo, na aliança com os operários revolucionários de todos os países em guerra, poderá dar ao povo paz, pão e plena liberdade (...) O proletariado revolucionário não pode, portanto, considerar a revolução do dia 1º março (14) mais que um triunfo inicial, e de nenhuma maneira completo, em seu importante caminho. O proletariado deve continuar lutando por uma república democrática e pelo socialismo (...) É necessário demonstrar a todos os trabalhadores da cidade e do campo e também aos soldados a verdade sobre o atual governo e sua verdadeira atitude diante dos problemas urgentes. É necessário organizar sovietes de deputados operários e armar os operários. As organizações proletárias devem se estender ao exército (...) e ao campo”*.

O “Projeto de Teses” estabelece prontamente a tarefa de combater o governo burguês, caracterizado por Lênin como resultado da aliança entre Otubrista e Cadete, com a política do proletariado, portanto, com a estratégia de tomada do poder, o que exigia preparar as condições, cuja tarefa fundamental era a de organizar os conselhos (sovietes) e armar a classe operária. Está fixada claramente a linha estratégica e tática que dará a vitória à revolução de Outubro.

Em seguida, Lênin redigirá suas “Cartas de longe”, entre 7 (20) a 26 março (8 abril) de 1917. Nesse espaço de tempo, Lênin ainda se encontrava em Zurique (Suíça). No dia 26 de março, os bolcheviques exilados, que estavam para regressar à Rússia, aprovaram o texto escrito por Lênin “Carta de despedida aos operários suíços”. Nela é fixada a seguinte posição: *“Nossa bandeira é: nenhum apoio ao governo de Guchkov-Miliukov! Enganam o povo aqueles que afirmam a necessidade deste apoio para evitar a restauração da monarquia. Ao contrário, o governo de Guchkov já está negociando a restauração da monarquia na Rússia. Somente o armamento e a organização do proletariado pode impedir que os Guchkov e Cia. restaurem a monarquia na Rússia. Somente o proletariado revolucionário da Rússia e de toda a Europa, fiel ao internacionalismo, é capaz de libertar a humanidade dos horrores da guerra imperialista”*. Conclui: *“O proletariado russo não pode com apenas suas forças acabar vitoriosamente a obra da revolução socialista. Mas pode imprimir à revolução russa um impulso poderoso, que criaria as melhores condições para a revolução socialista; e, em certo sentido, a iniciaria. Pode facilitar o surgimento de condições para que seu aliado mais importante, mais fiel e mais seguro, o proletariado socialista europeu e norte-*



americano, se lance à luta decisiva (...) As condições objetivas da guerra imperialista são uma garantia de que a revolução não se limitará à primeira etapa da revolução russa, de que a revolução não se limitará à Rússia. O proletariado alemão é o aliado mais fiel e mais seguro da revolução russa e da revolução proletária mundial”.

Nota-se que Lênin, mesmo à distância, não só se mantinha muito bem informado sobre os

acontecimentos na Rússia e na Europa como também estabelecia os elos da crise do capitalismo na situação de guerra e media com precisão as forças sociais em choque. O desenvolvimento posterior da revolução na Rússia comprovou a importância decisiva da bandeira de “Nenhum apoio ao governo de Guchkov-Miliukov”. Tinha claro que a independência política, ideológica e organizativa do proletariado era fundamental para a continuidade da revolução que apenas começava. Estava colocada a transformação da revolução democrática burguesa em revolução proletária. Qualquer apoio ao governo dos Otubristas e Cadetes seria a morte da revolução. Distintamente dessa posição, os socialistas revolucionários e mencheviques estiveram na base da constituição de tal governo, em nome da revolução democrática. Há que acrescentar ainda a formulação de que na Rússia apenas se iniciava a revolução proletária como “prólogo da revolução socialista mundial”, como está expresso na “Carta de despedida aos operários suíços”.

Em 3 (16) abril de 1917, Lênin está de volta e na praça da estação finlandesa em Petrogrado faz um discurso de saudação à classe operária e aos soldados russos por terem derrubado o czar e iniciado a revolução social. Imediatamente, elaborou um esboço para orientar o partido bolchevique diante da grave situação. Tratava-se do “Primeiro Projeto das Teses de Abril”, datado, portanto, de 3 de abril. No dia seguinte, participou de uma reunião de delegados bolcheviques que interviriam na Conferência dos sovietes de deputados operários e soldados de toda a Rússia. Expôs os principais aspectos das “Teses de Abril”. No centro da discussão, estava a guerra e a nova etapa da revolução. Combate abertamente as posições do defensismo. Ou seja, de apoio à política do governo de continuar a guerra imperialista. Em resumo: *“O proletariado com consciência de classe pode dar seu consentimento a uma guerra revolucionária que justifique realmente o defensivo revolucionário, somente sob as seguintes condições: a) que o poder passe as mãos do proletariado e dos setores mais pobres dos camponeses aliados do proletariado; b) que se renuncie, de fato e não só em palavras a todas as anexações; c) que se rompa realmente e de modo absoluto com todos os interesses capitalistas”*.

Lênin retoma a posição de nenhum apoio ao governo provisório. Critica a vacilação dos bolcheviques que mostravam alguma confiança no governo. Diretamente, afirma: *“Se isso é assim, nossos caminhos são distintos. Prefiro permanecer em minoria”*. Considera um erro o fato do jornal Pravda exigir do governo que renunciasse às anexações. Eis: *“Exigir de um governo capitalista que renuncie às anexações é um absurdo, é uma fraude flagrante (...)”*. E exigia que se reconhecesse o erro. Nesta reunião, fica absolutamente clara a divergência estratégica e tática de Lênin com as posições que o partido vinha desenvolvendo. Esclarece que o problema estava no programa superado pela nova situação. Deveria, portanto, ser modificado. As “Teses de Abril” vinham ao encontro dessa tarefa. Chega ao ponto de propor a mudança do nome do partido para Partido Comunista. Demonstra que o conceito de social-democracia é impreciso. E estava apodrecido. O que dizia respeito à capitulação da socialdemocracia à guerra imperialista. Assim, vinham à luz do dia as “Teses de Abril”, que marcaram a virada decisiva da política do bolchevismo.